

ATA Nº. 7

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
13-06-2014**

Aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, o Senhor: -----

Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Telma Cristina Antunes Jorge.-----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**, o senhor: --

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a José Pedro Cardinha Rainho, que substitui Marco Filipe Sá Geração, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substitui Rui Vitor Pires Bragança, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Ana Luísa de Barros Madureira, que substitui João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substitui Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e dos respetivos juramentos por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Falei com todas as bancadas relativamente a uma alteração da ordem de trabalhos. -----

Neste sentido gostava de propor à assembleia que fossem acrescentados mais três pontos à ordem de trabalhos. -----

O primeiro ponto tem a ver com o conhecimento da assembleia, mas que pode gerar alguma discussão, mas de qualquer forma é para conhecimento, tem a ver com o nome que foi atribuído ao centro escolar norte. -----

Um segundo ponto tem a ver com os acordos de execução que foram acordados entre a câmara e as duas juntas de freguesia. -----

Um terceiro ponto que tem a ver com a prestação de serviços de auditoria externa, a situação do revisor oficial de contas. -----

A integração destes três pontos na ordem dos trabalhos e que passariam, caso sejam aceite, a ordem dos trabalhos com a seguinte configuração: -----

O ponto número um continuaria a ser a tomada de posse dos membros em falta do conselho municipal de segurança. -----

O segundo ponto tem a ver com o nome do centro escolar. -----

O terceiro a delegação de competências com as freguesias. -----

O quarto ponto, com a situação do revisor oficial de contas. -----

Depois o segundo ponto passaria a quinto e assim sucessivamente. -----

Colocada à votação a alteração à ordem dos trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O ponto que eu gostava que merecesse alguma apreciação da vossa parte e conforme nós tínhamos visto na comissão permanente, tem a ver precisamente com a questão do relatório da Inspeção Geral de Finanças. -----

Foi remetido à assembleia Municipal para simplesmente tomarmos conhecimento, mas, deve merecer da nossa parte uma leitura, uma apreciação mais ou menos crítica e eu gostava de introduzir aqui esse ponto e gostava que começássemos por apreciar também este ponto.” -----

Pedi a palavra **Manuel Martins**: “ Como é do conhecimento de todos, a Inspeção Geral de Finanças realizou uma auditoria ao município do Entroncamento e o resultado que já foi tornado público trás alguns detalhes que são no mínimo surpreendentes. -----

Gostaria de realçar este parecer, que aparece logo na primeira página, que diz que os orçamentos do município do Entroncamento entre 2009 e 2012, foram sistematicamente empolados ao nível das receitas orçamentais. -----

Em 2012 taxa de execução de 55% em especial de capital apenas 37%, o que possibilitava e potenciava de forma artificial a realização de elevados montantes de despesa para o pagamento dos quais não havia disponibilidades financeiras. -----

Em 2011, 15,5 milhões de euros, foi violado de forma reiterada o princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial execução global do ano o que espelha a

concretização ao nível da execução orçamental, daquele risco e a consequente existência de uma gestão orçamental desequilibrada. -----

O endividamento municipal aumentou ligeiramente entre 2009 e 2012 atingiu no final daquele ano, um montante materialmente relevante de 14,8 milhões de euros. -----

O município do Entroncamento no final de 2012, continuava a apresentar uma situação financeira de curto prazo desequilibrada, com um saldo real negativo de operações orçamentais de 4,6 milhões de euros. -----

Verificou que entre 2009 e 2012, um incumprimento dos objetivos de prazo médio de pagamento a terceiros e fornecedores entre 202 e 303 dias, o que resulta num futuro aumento global da taxa de juro de 1,1%. -----

O município do Entroncamento, violou no final de 2011 o limite legal de endividamento, sendo tal situação sugestível de gerar responsabilidades financeira, ainda que o tenha cumprido em 2012. -----

No sumário executivo que não é muito extenso, são seis páginas, das quais gostaria de realçar alguns pontos: -----

No ponto 1 refere-se a falta de fiabilidade da informação financeira, houve necessidade de correções em 2009/2011, para menos de 232,6 mil euros, 156,2 mil euros, 340,2 mil euros para mais e de 80,6 mil euros no passivo exigível. -----

Omissões ao nível da inventariação de bens do ativo imobilizado e da não utilização sistemática das contas de compromissos de exercícios futuros. -----

O ponto 2 refere fragilidades no processo de elaboração e gestão orçamental e suas consequências, diz também que a autarquia manteve no quadriénio 2009/2012, uma prática reiterada de empolamento na previsão das receitas orçamentais, sendo de realçar que, face aos valores previstos não foram arrecadadas receitas nos relevantes montantes de, respetivamente, 12,7 milhões de euros, 12,7 milhões de euros, 19 milhões de euros e 15,5 milhões de euros, correspondente a cada ano. -----

Desta situação decorria um elevado risco para o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da entidade, já que permitia e potenciava, através da criação artificial de uma situação de aparente equilíbrio orçamental, a realização/existência de elevados montantes de despesa, em 2012 15 milhões de euros, para além de efetiva capacidade para promover o seu pagamento atempado. -----

A violação reiterada, entre 2009/2012, (mesmo após o recurso ao PREDE) do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial em termos de execução global do ano e, em 2009 e 2011, também da execução autónoma do ano, espelha a concretização, ao nível da execução orçamental, daquele risco e uma consequente gestão orçamental desequilibrada, com a realização/existência de despesas acima da real capacidade financeira do município do Entroncamento para fazer face, atempadamente, aos compromissos assumidos (ainda que se tenha verificado uma evolução positiva em 2012). -----

No ponto 2.5, diz que em síntese, a autarquia, em 2009/2012, elaborou e aprovou documentos previsionais que não refletiam a real expectativa da execução orçamental e não efetuou uma gestão orçamental prudente e equilibrada de que resultasse a exigível articulação e compatibilização entre o nível de realização/existência de despesas e a real cobrança da receita. -----

No ponto 3 diz que o endividamento municipal global materialmente relevante atendendo ao quadro financeiro do município do Entroncamento e manutenção de uma situação financeira desequilibrada. -----

A dívida municipal, corrigida pela Inspeção Geral de Finanças, aumentou, ainda que ligeiramente, entre 2009 e 2012 atingindo o montante de 14,8 milhões de euros. ----

No final de 2012, o endividamento global do município do Entroncamento apresentava um nível materialmente relevante atendendo ao seu quadro financeiro (em especial, às suas receitas), sendo de salientar: -----

O elevado período de recuperação da dívida total do município tendo em conta as receitas regulares expurgadas das despesas rígidas e vinculadas (32 meses); -----

O significativo montante de dívida municipal “ per capita “ de 681 euros. -----

Realce-se, ainda, a materialidade de dívida e o seu importante peso na dívida total em 2012 - 59%, sendo, ainda, expetável que o respetivo serviço da dívida cresça nos próximos anos. -----

Estes factos repercutem-se e condicionam a gestão orçamental de exercícios futuros. -----

O município do Entroncamento, não obstante o recurso ao PREDE, continuava a evidenciar, no final de 2012, uma situação financeira negativa e desequilibrada, com: ---

Um saldo real negativo de operações orçamentais de 4,6 milhões de euros, situação de que resulta a oneração indevida dos orçamentos futuros; -----

Prazo médio pagamento a terceiros e a fornecedores que ultrapassam os parâmetros legais de referência (respetivamente, 202 e 303 dias). -----

Desta situação resultaram custos financeiros para a autarquia relativos a atrasos no pagamento a fornecedores (juros de mora liquidados, no período de 2009/2011, no montante de 39 mil euros e pagos de 24 mil euros). -----

Ponto 4 – Incumprimento dos objetivos previstos no Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), de acordo com o apuramento da Inspeção Geral de Finanças, o município do Entroncamento violou, entre 2009 e 2012, os objetivos contratualmente estabelecidos para o prazo médio de pagamento. -----

Consequentemente, a taxa de juro base remuneratória do capital mutuado pelo Estado deve ser, oportunamente, acrescida de 1,1%. -----

O município do Entroncamento, nos anos de 2009 e 2012, não contribui totalmente para a prossecução dos objetivos, tanto de âmbito específico como geral, subjacentes à conceção do PREDE, já que não reduziu sistematicamente o prazo médio de pagamento de acordo com o previsto e não diminuiu, nos anos imediatos, de forma duradoura, as “outras dívidas a terceiros” em montante pelo menos equivalente ao dos endividamentos de médio e longo prazo. -----

No ponto 5, refere a violação do limite legal de endividamento de médio e longo prazo previsto na lei do Orçamento de Estado – 2011, mas cumpriu o consagrado na de 2012. -----

A violação do referido limite especial é suscetível, em abstrato, de ser sancionado em termos tutelares administrativos e financeiros. -----

No que se refere à sede financeira, verifica-se a suscetibilidade de relevância dos factos apurados, os quais serão, por isso, objeto de participação autónoma ao Tribunal de Contas. -----

A informação reportada à DGAL, relativa ao final de 2011 e 2012, não refletia, com inteira fiabilidade, a situação do Município do Entroncamento em termos de endividamento líquido, tendo sido apuradas diferenças, para menos, de, respetivamente, de 471,8 mil euros e de 129,1 mil euros. -----

Para terminar, refere o ponto 7 fragilidades nos procedimentos contabilísticos e de controlo interno e no Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas. –

Ao nível dos procedimentos contabilísticos e de controlo interno, salientamos o tratamento inadequado dos subsídios de investimento em termos de reconhecimento

contabilístico, bem com a incorreta divulgação no balanço da maturidade das dívidas do município. -----

Tudo isto serve para concluir que a gestão do anterior executivo, financeiramente foi uma catástrofe. -----

Isto de fazer obra é muito bom, mas como diz o velho ditado: “ *com as calças do meu pai também sou um homem*”. -----

Posto isto, seria interessante saber se os principais responsáveis por toda esta situação, têm algo a dizer. -----

Como todos nós sabemos, o senhor ex-presidente da câmara apesar de cabeça de lista para esta assembleia, renunciou ao cargo ainda antes de tomar posse. -----

O outro membro do seu executivo, a Doutora Paula Costa, que concorreu em segundo lugar à Câmara, renunciou há pouco tempo o cargo de vereadora, sem nunca ter participado em qualquer reunião, apesar de ter tido oportunidade para tal. -----

Já o senhor deputado João Canaverde, que também é um membro do anterior executivo, por coincidência ou talvez não, não se encontra hoje presente. -----

Assim sendo e apesar da senhora deputada Kelly Silva também ela vereadora do anterior executivo, mas atendendo ao facto da curta duração do seu mandato e ao período a que se referiu, não sei se estará em condições de nos esclarecer alguma coisa no que a este relatório diz respeito. -----

De qualquer maneira, nada do que possa eventualmente argumentar, poderá escamotear o facto como todos os entroncamentenses já suspeitavam, a atuação do anterior executivo foi para o Entroncamento financeiramente desastrosa.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Depois de ter ouvido lido, que é muito mais interessante do que estar a ouvir ler, é muito mais interessante o relatório que nos foi entregue e que foi enviado por e-mail para os membros desta assembleia. -----

Peço-lhe autorização para fazermos a distribuição às bancadas do despacho do Excelentíssimo Procurador-Geral Adjunto do Tribunal de Contas, relativo a esta inspeção. -----

Esta inspeção data de dezembro de 2013, houve um contraditório, não sei porque é que não foi entregue à assembleia, mas este aqui como podem ver, foi enviado para o senhor ex-presidente do município, aliás, peço alguma reserva quanto aos dados pessoais que estão na folha, mas, era a única forma que nós tínhamos de poder publicar, sabemos que foi expedido a 14 de maio de 2014 do Tribunal de Contas e sabemos que este assunto foi referido na reunião de câmara de 20 de maio, não sei se já tinha chegado à câmara neste momento ou não, gostaria que o senhor presidente da autarquia nos desse esse esclarecimento. -----

Sobre aquilo que foi aqui referido, se não se importava, na página 3 e 4 há um quadro dos limites de 2011 a 2012, mas o que nos interessa e que foi aqui lido, parece-nos importante e se me dá licença, vou só transmitir aos senhores deputados. -----

Da análise da factualidade apurada nos autos podemos concluir que a ultrapassagem do limite especial de endividamento relativo aos empréstimos de médio e longo prazo do Município do Entroncamento não resultou da contratação de novo empréstimo bancário, antes decorreu da alteração dos critérios legais de determinação dos limites de endividamento de médio e longo prazo, posterior à contratação do empréstimo ocorrida em 2009. -----

Atente-se que logo em 2012 o endividamento do Município se reposicionou dentro dos limites legais, como é evidenciado no quadro supra. -----

O excesso de endividamento no ano de 2011 representa, pois, um mero efeito automático de novas formas de cálculo. -----

*A utilização do empréstimo já contratado dentro da legalidade para financiamento das obras da Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul correspondeu ao **cumprimento de um dever**. -----*

Na verdade, o Presidente da Câmara Municipal limitou-se a cumprir uma obrigação legal (v.g. artigo 996 do CCP) de proceder aos pagamentos no âmbito da execução da empreitada acima referida. Perante um conflito de deveres optou por dar prevalência ao que, salvaguardando o interesse público, menos consequências negativas teria para o Município, tanto mais que no ano imediatamente seguinte o Município do Entroncamento observou os limites de endividamento EMLP. Uma situação de incumprimento geraria para o Município encargos adicionais resultantes da mora. Seria ilógico que a ordem jurídica impusesse ao eleito local o dever de cumprir zelosamente a lei (no caso pagar atempadamente ao empreiteiro, utilizando para isso uma parcela do empréstimo concedido para o efeito), e viesse posteriormente sancionar tal conduta. -----

Ora, nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 31º do Código Penal, aplicável subsidiariamente à responsabilidade financeira sancionatória, não é ilícito o facto praticado no cumprimento de um dever imposto por lei. -----

Em face do exposto, decide-se: -----

***Não requerer o procedimento jurisdicional**, nos termos do artigo 57º, nº 3 da LOPTC, por não se verificarem os pressupostos da responsabilidade financeira. -----*

***Notifique o visado.** -----*

***Comunique-se à Inspeção-Geral das Finanças/Controlo da Administração Local Autárquica, devolvendo-se o processo inspetivo (artigos 57º, nº 3 e 89º da LOPTC).** -----*

***Publicite-se, nos termos do nº 2, do artigo 89º da LOPTC.** -----*

O despacho é denso, isto poderia ter sido escrito pela bancada que sustentaria o senhor Presidente, mas não foi, isto foi escrito pelo Ministério Público do Tribunal de Contas, a informação que nós temos é que saiu a 14 de maio de 2014, não sabemos quando é que o município do Entroncamento o recebeu. -----

Apraz-nos agora fazer duas notas: -----

Primeira – O relatório da auditoria de dezembro passado é exaustivo em algumas notas que toma, que depois são absolutamente contrariadas pelo Ministério Público. -----

É muito interessante nós analisarmos este relatório, mas, sem este documento posterior que foi enviado, não se consegue efetivamente perceber o que é que o Tribunal de Contas quereria, o que o Ministério Público vem dizer, é que não sanciona o anterior ex-presidente porque não fez nenhum ilícito. -----

Em 20 de maio, foi dito na reunião de câmara, creio que pelo senhor Presidente, não tenho a certeza, que aquele comportamento poderia ter responsabilidade sobre ele. –

Eu tomei conhecimento deste relatório pelo entroncamentoonline, não foi como autarca, este relatório chegou primeiro à comunicação social do que chegou aos autarcas desta casa, algo de estranho se passa aqui. -----

Não sei qual é que foi a intenção do executivo ou de quem quer que fosse a fonte informativa de chegar primeiro aos órgãos de comunicação social, e esta assembleia a que o senhor Presidente preside, não recebeu esta informação, nem o relatório, quanto mais este despacho do Ministério Público do Tribunal de Contas, algo se passou aqui que nos ultrapassou, foi uma ultrapassagem pela direita à assembleia municipal toda, e se calhar, fazia sentido perceber o que é que aconteceu, como é que lá fora se soube primeiro de um relatório a uma auditoria a esta casa, que nós como autarcas eleitos não tínhamos conhecimento. -----

Em último lugar, quero-lhe dizer que o senhor deputado referiu aqui, os senhores autarcas do anterior mandato e deste mandato, as decisões de cada um são as decisões que cada um toma e cada um responsabiliza-se por elas, não vi nenhum autarca do PSD pedir um tutor legal. -----

A bancada do PSD que está aqui, eleita legitimamente responde por aquilo que foi o legado do PSD e por aquilo que são as ideias do PSD para futuro, umas coincidirão outras não, mas digo-lhe uma coisa, o senhor deputado João Canaverde não está presente porque está fora da cidade e portanto, não se levante qualquer tipo de ideia sobre a sua ausência. -----

A senhora deputada Kelly Silva que está sentada ao meu lado direito, foi vereadora e até hoje não ouvi ter qualquer tipo de manifesto e responsabilidade quanto aquilo que fez enquanto vereadora. -----

Portanto, senhor deputado, acho que não lhe fica nada bem fazer considerações sobre os eleitos do PSD, aqueles que aqui estão e aqueles que não estão.” -----

Proseguiu **António Ferreira**. “ Em relação ao resultado da auditoria financeira da Inspeção Geral de Finanças, aquilo que nos oferece dizer é o seguinte: -----

Já tenho algum tempo de autarca neste município, passei por vários períodos de gestão com o PS, com o PSD, de facto aquilo que disse nos mandatos anteriores reafirmo aqui, houve uma melhoria substancial na apresentação de contas e na clareza das contas ao longo dos anos e volto a repetir isso. -----

Essa clareza na apresentação das contas e esse contributo para uma melhor gestão do município foi de facto importante. -----

No entanto, mesmo assim, nós não aprovamos orçamento nenhum nem relatório de contas durante os últimos mandatos. -----

Aquilo que levantamos, vemos plasmado aqui neste relatório da auditoria, uma das principais razões era de facto o inflacionamento das rubricas e a fraca execução orçamental e o excesso de gastos em despesa corrente. -----

Independentemente do resto, é razoável que alguma das questões que estejam aí levantadas é um facto, também não podemos ver isto numa mera análise deste documento sem vermos as causas e as causas disto, algumas delas já foram aqui referidas, outras não foram, os cortes nas transferências para os municípios tiveram consequências enormes nesses anos. -----

O aumento das exigências e critérios de endividamento e pagamento vieram em cima já dos compromissos que os municípios tinham nessa altura e agora vê-se plasmado na análise que era impossível cumprir aquilo que estava no programa de regularização extraordinária da dívida do estado, a que as autarquias foram obrigadas e depois uma outra questão que nós sempre denunciámos nesta câmara, que é uma queda enorme das receitas municipais em termos de IMT e Sisa, que vieram dificultar enormemente durante esses anos a gestão da câmara e o equilíbrio financeiro. -----

Se adicionarmos a isso tudo competências que foram assumidas pela câmara e que não deviam ter sido assumidas, por exemplo na área da educação, era uma área que a câmara não devia ter aceite nessa altura devido às dificuldades e que deve servir também para nós atualmente para evitar erros de futuro, alguns deles estão a ser analisados, daqui a um pouco faço referência a eles. -----

Devemos ter em conta essas situações que foram causadas pelo poder central e que vieram dificultar a atividade municipal, não tira responsabilidades do anterior município. -----

Sempre dissemos que aquele dinheiro que vinha da área IMT e dos processos de loteamento e outros, deviam ter sido gastos noutras áreas e não em despesa corrente e os

números estão traduzidos no relatório que são de facto preocupantes, embora o município nos últimos tempos tenha feito um esforço no sentido da diminuição da dívida e da alteração dos prazos de pagamento. -----

De referir também, que o relatório dá-nos razão ao recurso ao PAEL, não era a única solução que o município tinha, tinha a possibilidade de recorrer a um saneamento financeiro que não fosse o PAEL e que vem limitar a autonomia financeira do município. -----

Quando nós não aprovamos um orçamento e as contas, aquilo que está plasmado nas nossas declarações, muitas delas estão aqui no relatório.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ Este ponto é pertinente não é nada que nós não tivéssemos vindo a denunciar durante os mandatos anteriores, não é por acaso que o Bloco de Esquerda votou contra uma série de orçamentos propostos, denunciando inclusivamente o empolamento de verbas previstas, nomeadamente com a venda de terrenos, coisa que nunca se veio a verificar, assim como uma situação que era falada de uma eventual privatização ou concessão da distribuição da água que tinha uma orçamentação na ordem dos dois milhões e meio de euros e que vinha em diversos, uma coisa estranha em que os próprios revisores oficiais de contas não tiveram isso em consideração atendendo a que a especialidade não estava devidamente acautelada e devia estar, era impossível estar em diversos uma quantia de tão grande montante. -----

O nosso voto contra as contas, não é por má vontade nem que as contas estivessem erradas, era porque politicamente entendíamos que as contas não eram as mais objetivas e corretas do ponto de vista da gestão financeira correta da autarquia. ----

Portanto, este relatório da Inspeção Geral de Finanças não nos espanta, pelo contrário, vem de certa forma confirmar as observações e as críticas que nós fomos manifestando ao longo do tempo, independentemente de acordo com o que foi há pouco lido poder haver interpretações diversas relativamente às causas e aos efeitos destas irregularidades, ou seja, irregularidades que por sua vez foram empoladas ou acrescidas por alterações aos critérios de análise de endividamento da câmara e portanto, nesse aspeto, poderá estar salvaguardado a possibilidade de dolo jurídico por parte dos políticos executantes que tiveram a responsabilidade de gerir o município. -----

De qualquer forma, do ponto de vista da prática corrente de gestão, foi um conjunto de processos errados que nós denunciámos ao longo do tempo.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**:” Apraz-me dizer uma coisa, a confusão está lançada, temos a bancada do PSD a trazer um relatório do Tribunal de Contas, temos este município a trazer-nos o relatório da Inspeção Geral das Finanças, sou uma pessoa que gosta de águas transparentes. -----

Em tudo na vida a transparência deve ser algo que deve vir ao de cima. -----

Não vou falar muito mais porque a seguir tenho a minha recomendação, é preciso, é necessário que haja uma clarificação, que se saiba cabalmente o que é que se passou, é necessário que exista de uma vez por todas para que não haja desculpas nem de um lado, nem do outro, saber o que realmente se passou. -----

É necessário, é premente e acima de tudo para bem de todos, acima de tudo para bem dos munícipes. -----

Por isso, deixo a minha conclusão para a recomendação seguinte.” -----

Pediu a palavra **Manuel Martins**: “ Queria apenas dar nota de um pequeno detalhe que é o seguinte: -----

O senhor deputado está a confundir as coisas, porque procedimento jurisdicional é uma coisa, não cometer nenhum ilícito é uma coisa, ter uma atuação financeiramente desastrosa é outra, porque aqui, quando estamos a falar deste espaço, este refere-se pura

e simplesmente ao ponto 5.2 onde é referida a responsabilidade financeira que seria objeto de participação autónoma ao Tribunal de Contas, apenas e só, isso não invalida nada do que está contido neste relatório da Inspeção Geral das Finanças. -----

Vou tentar explicar isto de uma forma simplista como faço com a minha filha de seis anos. -----

Quando se diz que uma árvore tem folhas verdes, o facto de a árvore ter uma folha castanha não significa que a árvore passa a ter folhas castanhas, elas são verdes à mesma, tem é uma folha castanha, é isso que está aqui em causa. -----

Por isso, há que não lançar a confusão porque todos nós percebemos que o senhor deputado é pródigo neste tipo de perturbações, ou seja, pegar em pequenos detalhes para tentar virar a cor às coisas, mas o que é facto, é que as coisas neste aspeto são negras. -----

Sei que estas questões jurídicas talvez não sejam fáceis para o senhor deputado, como bem me recordo, na última assembleia de 2013, fez questão de nos brindar a todos os juristas presentes nesta assembleia, com a sua convicção de que o Tribunal do Entroncamento, não poderia receber ações de valor superior a 30,001,00 euros, qualquer aluno de direito do primeiro ano sabe que não é assim, qualquer tribunal recebe ações de qualquer valor, de um milhão de euros como há no Tribunal do Entroncamento, entre outros. -----

Infelizmente este relatório é claro e o resultado é negro.” -----

Respondeu **José Baptista**: “ Ouvi o que é que o senhor deputado disse e há coisas a que não se responde e o senhor deputado do Partido Socialista, se quiser falar com crianças, vá falar com a filha, não vem para a assembleia municipal e tem de aprender como é que se fala dentro da assembleia municipal. -----

O senhor deputado foi presente a um despacho do Ministério Público e diz que isto não tem nada a ver com a auditoria, lamentavelmente, o despacho é sobre a auditoria. -----

O senhor deputado Pedro Gonçalves, diz que o PS apresenta um relatório, o PSD vem apresentar um despacho, não é um que apresenta uma coisa e outro apresenta outra, este relatório é de dezembro de 2013, depois houve o contraditório que é de 14 de maio de 2014, só há uma questão, é que este documento é posterior e não nos chegou, a questão é só esta, aonde é que anda este documento? -----

Quando foi para escrever para o entroncamentoonline, a única coisa que se podia dizer era que o município estava numa situação catastrófica, na ata da reunião de câmara, o senhor Presidente referiu que a responsabilidade financeira não é apenas coletiva, mas também individual, no caso concreto, do anterior Presidente do executivo, depois do Ministério Público ter vindo dizer que não havia responsabilidade financeira, esta reunião foi a 20 e o despacho é de 14 de maio, naturalmente ainda não tinha entrado na câmara, esta é que é a minha dúvida e se não tinha entrado na câmara o senhor Presidente da autarquia tinha toda a razão para dizer isto. -----

A clarificação do assunto é simples e é transparente, Tribunal de Contas a analisar as contas da autarquia, ROC a avaliar as contas da autarquia, a Assembleia Municipal que todos os anos fiscaliza as contas da autarquia, se o senhor deputado quiser, podemos ir buscar as declarações de voto do Partido Socialista dos últimos doze anos e depois vimos o que é que cada um disse. -----

A única questão que me parece relevante é esta: -----

A Assembleia Municipal tem neste momento na sua posse a documentação necessária para analisar este processo, volte-se a analisar o processo, volte-se a dar tempo aos senhores deputados para analisar o que têm nas mãos.” -----

António Ferreira referiu: “ As conclusões que são retiradas do relatório são pertinentes e devem ser tido em conta, são conclusões que são importantes mas também têm que ser vistas num outro aspeto, que é o aspeto da lei e das alterações legais que foram feitas à pressa e que apanharam as câmaras municipais numa situação difícil com cortes nas transferências, com a assunção de responsabilidades que não deviam ter assumido. -----

A única grande responsabilidade que o anterior presidente teve, nunca vi o anterior presidente contestar o controlo do endividamento da situação financeira da administração local, ele nunca se pronunciou porque era um assunto que vinha do partido dele e neste momento a situação levanta-se porque muito autarcas como ele não tomaram as devidas posições que deviam ter tomado na devida altura. -----

Temos levando aqui as questões de termos acesso aos relatórios de contas das associações a que estamos ligados, a AMEGA a RESITEJO e outras, o relatório que nos foi entregue, vem a referir algumas situações que tem a ver com a AMEGA e a CIMT, com a CIMT nós não tivemos essa informação durante quatro anos, mas da AMEGA nenhum de nós teve essa informação, assim como de outras instituições, nós precisamos de saber o que se passa nessas associações.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Obviamente que se posteriormente mais documentação chegar à assembleia e se acharmos necessário continuar este debate o faremos posteriormente. -----

A assembleia municipal não recebeu este despacho do Ministério Público, se o tivesse recebido seria presente.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ Parece-me que o mais lógico seria esta moção ser apresentada no ponto número onze.” -----

Foi concedida a palavra a **Pedro Gonçalves** que apresentou a seguinte proposta de recomendação: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento -----

Tendo presente que nos termos do disposto na Lei do nº 75/2013, de 12 de setembro, é direito dos membros da Assembleia Municipal apresentar propostas e recomendações à Assembleia Municipal e que tal desiderato legal corresponde à prossecução do interesse público de salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respetiva autarquia e respeitar o fim público dos poderes em que se encontram investidos.-----

É com esse pressuposto, e tendo em conta o relatório n.º 2267/2013 da auditoria Financeira ao Município do Entroncamento da Inspeção Geral das Finanças, que apurou diversas irregularidades na execução orçamental do último executivo, tais como: -----

- Prática sistemática, ao longo do quadriénio, de empolamento na previsão das receitas orçamentais que evidenciam reduzidos índices de execução em especial na vertente de capital o que contraria o objetivo visado pelas regras previsionais consagradas no POCAL. Face aos valores previstos, não foram arrecadadas, naqueles anos, receitas orçamentais, respetivamente, nos montantes, de M€ 12,7, M€ 12,7, M€ 19, e M€ 15,5. A execução dos

orçamentos comportava um elevado risco, já que permitia, de forma artificial, a realização/existência de um relevante valor de despesa para além da capacidade do ME de promover o seu pagamento atempado, potenciando, assim, uma gestão orçamental desequilibrada. **Conclusão 3.2.1.1.** -----

- Violação reiterada, nos anos de 2009/2012 do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial. Tal asserção espelha, na sequência da concretização do risco a que aludimos, uma gestão orçamental desequilibrada, materializada na realização/existência de despesas muito acima da real capacidade financeira da Autarquia para fazer face, atempadamente, aos compromissos assumidos. **Conclusão 3.2.1.2.** -----

- Entre 2009/2012, o ME dispunha, em termos financeiros, de uma reduzida ou inexistente margem de manobra para fazer face às demais despesas municipais que não se encontravam, à partida, já “ vinculadas ”.

Conclusão 3.2.1.3. -----

- Em síntese, o ME, em 2009/2012: -----

- Elaborou e aprovou documentos previsionais que não refletiam a real expectativa da execução orçamental, não podendo, por isso, constituir um eficaz instrumento de gestão, nem servir de base a uma análise rigorosa quanto à eficácia da sua execução; -----

- Não efetuou uma gestão orçamental prudente e equilibrada, pois não adequou o nível de realização/existência da despesa à real cobrança da receita.

Conclusão 3.2.1.4. -----

As conclusões deste relatório demonstram que nos últimos mandatos, houve uma condução financeira do município pouco correta e que trouxe consequências até aos dias de hoje, consequências por todos nós conhecidas. Estas conclusões fazem transparecer uma gestão pouco recomendada e levada a cabo pelos últimos executivos. -----

Considerando o CDS-PP que a gravidade das conclusões apontadas no relatório da Inspeção Geral de Finanças e que a transparência e sustentabilidade das contas públicas da autarquia, assim como a transparência da gestão do município são fundamentais ao desenvolvimento, **propõe que a Assembleia Municipal recomende á Câmara Municipal a elaboração de uma auditoria externa, às contas, e gestão do Município, durante os dois últimos mandatos, de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013.** ----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Já aqui foi discutido o relatório da auditoria, muito mais haveria por dizer. -----

Sobre esta recomendação que o senhor deputado Pedro Gonçalves apresenta, no último parágrafo diz o seguinte: *... recomende à Câmara Municipal a elaboração de uma auditoria externa, às contas, e gestão do Município, durante os dois últimos mandatos, 2005 a 2009 e de 2009 a 2013.* -----

Este relatório corresponde a 2009 a 2011, está bastante pormenorizado, contrariamente ao que já foi dito hoje, tem que se que lhe dar o valor devido, porque se de facto as incorreções existiram evidentemente foram elencadas no relatório. -----

Também já aqui foi dito hoje que ao longo do período em causa que teriam sido apresentadas as contas, a própria assembleia exerceu o seu poder de fiscalização e fico admirada, de ainda assim este relatório tenha surgido. -----

O senhor deputado na sua recomendação mostra uma preocupação com a questão do rigor e da transparência que praticamente não existiu, não estamos à procura de um ato ilícito intencional, ou de atos de outra natureza, mas houve uma má gestão dos dinheiros público, houve. -----

Dizer que relativamente a este último parágrafo, seria interessante saber o que é que se passou, mas havendo este relatório já nos dá uma panorâmica e o PS quando se propôs a candidatar-se a esta autarquia já tinha noção desta situação, daí que no seu programa já falava na questão do rigor e da transparência que seriam necessários imprimir ao mandato que está a decorrer, mas como dizia, a má gestão existiu, se existiu naquele período de tempo, não sabemos se existiu anteriormente ou não. -----

O que é certo, é que estamos neste momento a sofrer em consequência daquilo que estive para trás. -----

O que a bancada do PS sugere, é que, tendo em atenção que uma auditoria externa iria orçar em muito dinheiro e que a posição da autarquia neste momento provavelmente não permitiria que essa auditoria fosse realizada. -----

Aquilo que propúnhamos para evitar mais constrangimentos, seria que este ponto fosse retirado se assim o entender, caso contrário, o PS não está disposto a votar favoravelmente.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ O CDS-PP apresenta esta proposta de recomendação ao executivo e faz-nos recuar doze anos nesta casa. -----

Há doze anos atrás, houve uma força política que também forçou o anterior executivo minoritário do PSD, na altura já liderado por Jaime Ramos a fazer uma auditoria às contas do próprio partido que a pediu. -----

Lembro-me na altura, creio que terá sido o Doutor José fanha Vieira, que em sede de executivo recomendou ao Presidente Jaime Ramos que fizesse uma auditoria às contas do Partido Socialista da época. -----

O executivo do PSD contrariado fez a auditoria às contas, pagou muito dinheiro, foi feita a auditoria, ficou tudo na mesma, ficámos amigos e as coisas continuaram. -----

Volvidos doze anos, muda a força política, sai o PSD do poder e o CDS-PP recomenda ao executivo através da assembleia Municipal, que faça esta auditoria. -----

As contas são analisadas no atual quadro legal pelo Tribunal de Contas anualmente, pelo Revisor Oficial de Contas e acima de tudo, que nós esquecemos muitas vezes, são apreciadas pelos autarcas eleitos pelos cidadãos, ou seja, os eleitos durante estes dois mandatos para a qual é feita esta recomendação, estão aqui com esta recomendação a serem postos a um canto, porque basicamente aquilo que fizeram é tudo sujeito a dúvidas. -----

Os custos de uma auditoria além de serem de sobre maneira elevada, basta ver a auditoria feita em 2001 para ver os milhares de euros a que ascendeu o valor da auditoria solicitada. -----

São pedidas auditorias às contas de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013, também se podem pedir de 2001 a 2005, o Partido Social Democrata aqui, até seria um bocadinho sinistro vir-se opor a isto, nós sabemos o custo que isto acarreta e a vontade que o PSD na altura tinha em que fosse feita auditoria às contas do Partido Socialista, porque sabemos o

despesismo que isso acarreta, por outro lado, se vimos aqui dizer que somos contra as contas, nós Partido Social Democrata, queremos esconder alguma coisa e portanto, isso connosco não acontece. -----

Percebo a decisão do Partido Socialista, é a mais correta a nível de decisão de não quererem a auditoria por causa dos valores e é essa a questão que está em cima da mesa, agora como o senhor Presidente compreenderá, o partido Social Democrata sendo visado em toda esta questão, não pode votar contra isto, porque parece que está a meter para debaixo do tapete algum problema. -----

Há uma coisa acima de tudo, não se deixe manchar a imagem de nenhum daqueles que nos representou sem ter sido obviamente com responsabilidade, se tiverem feito de forma danosa responsabilizem-se, se não houve dano, se não houve ilícito não vamos pôr o nome de ninguém na lama. -----

A senhora deputada do Partido Socialista disse que seria importante saber e disse-nos ainda que a má gestão existiu, a senhora deputada tem perceção da realidade diferente daquela que o Ministério Público veio dizer, porque se tivesse havido má gestão, queriam punir criminalmente e financeiramente o anterior executivo e não é isso que acontece.” ---

Continuou **António Ferreira:**” Entendo a proposta do CDS até porque não estava representado em órgão nenhum durante os últimos anos. -----

As outras forças políticas entre as quais a CDU, estivemos e deixamos expressa as nossas posições sobre a aprovação das contas e sobre os orçamentos, todas essas contas são vistas pelo Tribunal de Contas, foram agora vistas pela Inspeção Geral de Finanças com os argumentos que lá estão e que são válidos. -----

Nós não vemos a necessidade de com isto tudo, de a câmara gastar muito dinheiro com uma inspeção exterior para ver coisas que nós já vimos durante estes anos todos. ---

Há responsáveis disto e não é só o PSD, há responsáveis no PS, embora a guerra seja muito extremada entre o PS e o PSD, mas de facto o PS também tem as suas culpas no meio deste processo todo. -----

Aquilo que se quer, é resolver os problemas de futuro e evitar que estes erros que foram cometidos sejam novamente cometidos, penso que estamos em condições de alterar muita coisa para o futuro.” -----

Interveio **Luís Grácio:** “ Relativamente a esta proposta de recomendação que o CDS-PP apresentou, julgamos que o relatório da Inspeção Geral de Finanças é suficientemente elucidativo sobre as más práticas de gestão financeira que a autarquia seguiu. -----

Não é por acaso que o relatório é tão exaustivo num conjunto de observações sobre as dívidas de médio e longo prazo, sobre o empolamento de receitas para justificar orçamentos empolados inexequíveis, etc. -----

Parece-me que este relatório serve de alerta para o passado e para o futuro. -----

O próprio relatório esvazia em certa medida uma possível auditoria às contas, porque ele já de si foi feito pela Inspeção Geral de Finanças, não nos parece razoável estarmos a bater mais na tecla e portanto, nós vamos votar contra esta sugestão.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia:** “ Vou pedir às pessoas que sejam o mais breve e sucintas a usar da palavra, vamos tentar ser o mais sucintos possíveis naquilo que queremos dizer, para podermos votar em consciência, não se tirando a palavra a ninguém.” -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves:** “ O que eu li foi uma auditoria externa às contas e gestão do município, não compreendo como é que alguns partidos dizem que é só das contas, é da gestão. -----

Fiquei muito contente com a intervenção da senhora deputada, quando diz que foi apanhada de surpresa, nós não estivemos no mandato anterior e não sabemos como é que isto chegou até aqui, se isto estivesse clarificado não tinha sido esta surpresa para o PS, por isso não compreendo o porquê da retirada do ponto de uma auditoria. -----

A senhora deputada referiu que a má gestão existiu, se existiu clarifique-se de quem, por quem e para quê. -----

Depois diz que existe um custo, existe, mas um custo que às vezes podem ser investimentos, um investimento a médio e longo prazo. -----

Votar contra é ser conivente com o que se encontrou pela Inspeção Geral de Finanças. -----

Votar contra, seja da esquerda ou direita, é querer pôr uma pedra no passado e dizer que não existiu. -----

Fiquei muito contente porque quem não deve não teme, porque me parece que o PSD não vai votar contra esta recomendação. -----

Não compreendo como é que o PSD não vai votar contra e como é que o PS vai votar ou vai-se abster, nem consigo compreender porque é que o Bloco de Esquerda e a CDU possa votar contra, nós estamos a falar de erros que possam ter existido ou não, mas, não podemos usar mais o passado como pedra de arremesso, é preciso clarificar o passado para que estes erros não aconteçam no futuro e é preciso clarificar o passado para que as pessoas saiam com o bom nome, ou então, se tiverem que se sentarem no sítio que tiverem que se sentar, que se sentem, é para isso que as auditorias existem. -----

Não lhe chamemos um custo, chamemos um investimento, chamemos algo que vai trazer a esta casa, hipoteticamente pode trazer algum retorno.” -----

Proseguiu **Fernanda Alves**: “ Aquilo que eu disse ao senhor deputado, é que gostaria que retirasse o ponto. -----

De qualquer forma, depois de ouvir todas as pessoas e depois de ouvir a si, temos a dizer que o relatório é bastante claro e não estamos a ser coniventes com ninguém, nós estávamos a tentar aquilo que o PS queria, era que efetivamente este novo executivo não tivesse custos, ou seja, não fosse pela via também da má gestão gastando dinheiro, não quer dizer que não seja importante, é evidente que sim. -----

Posto isto e uma vez que todas as bancadas e se a bancada inclusive do PSD acha que deve haver uma auditoria, se acham que é assim tão importante, ainda que ressaltando a questão dos custos que se tem com uma auditoria deste género, não é o PS que vai inviabilizar o pedido desta auditoria e portanto, vamos votar a favor relativamente a esta questão.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Estou um bocadinho surpreendido com estas declarações neste momento, para nós não é surpresa nenhuma. -----

As declarações que fizemos na aprovação de contas e nos orçamentos, uma grande parte das questões aqui levantadas, foram levantadas também por nós na altura. -----

Em relação ao anterior Presidente Jaime Ramos, tenho algumas pedras no sapato, lembro-me perfeitamente da retirada de pelouros porque eu não aprovei o orçamento e o relatório de contas. -----

Lembro-me da expulsão de uma sala, quando estava com o deputado António Filipe, em que ele nos expulsou dessa sala. -----

Portanto, tenho algumas questões pessoais com ele, mas eu sei distinguir aquilo que é pessoal e aquilo que é um custo suplementar para o município e que no nosso entender é desnecessário neste momento.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A proposta de recomendação apresentada pelo CDS-PP foi aprovada por maioria, com onze votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, um voto do Centro Democrático Social – Partido Popular e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, sete votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Partido Socialista e cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia:**” Votei contra esta proposta por uma questão muito simples e que já tive a oportunidade de falar ao senhor deputado. -----

Partilho inteiramente da visão que nesta matéria quer o Bloco de Esquerda, quer a CDU têm, e portanto, acho que é um custo desnecessário que a autarquia vai ter, mas por uma questão de transparência foi validada e portanto, a auditoria será feita. -----

Esta recomendação passará para a câmara para ser feita, embora, daqui a uns tempos, aqui estaremos, eu espero que não, com o relatório da auditoria a dizer que nada se adiantou nem atrasou em relação a esta matéria.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio:** “ Quero registar que o senhor Presidente há pouco fez uma referência muito importante, dizendo que não pretendia negar a palavra a ninguém, acho que essa assunção é muito importante e registo o notório dessa afirmação.-

Isto vem a propósito do seguinte: -----

Não podemos deixar de manifestar o nosso inequívoco desacordo com a forma como terminou a última sessão de assembleia, assim como a condução dos trabalhos pelo senhor Presidente. -----

Independentemente da forma pessoal e do estilo que cada um dos membros desta assembleia escolhe para apresentar os quesitos que considera pertinentes para executar a sua ação de fiscalização democrática e com os quais podemos não nos identificar o importante a reter é não a forma, mas o conteúdo e no caso que originou o choque ocorrido, a questão substantiva era de mais evidente e decerto fácil de esclarecer, a não ser que tenda sido manifestamente por má vontade, ou recusa à prestação de esclarecimentos oportunos a qualquer membro desta assembleia, que são devidos pelo Presidente da Câmara enquanto primu inter pares entre os que nesta assembleia representam o executivo camarário, que são os seus vereadores.-----

Bem nos temos apercebido da forma como a maioria do PS na câmara encara o conjunto da oposição e o seu desejo intimo de ter uma oposição domesticada, que não questione e que acate todas as premissas em que assentam as suas propostas de ação. -----

Também sabemos que no presente, correm ventos de intolerância e que a cada um à sua medida procura pressionar e condicionar os órgãos que têm por missão exercer uma ação de acompanhamento e fiscalização dos órgãos executivos. -----

Lembro a Lei nº 75/2013, que já aqui foi referida hoje para suportar a recomendação anteriormente votada, no seu artigo 25º, ponto 2 alínea d) diz o seguinte: *Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores.*

A alínea f) refere: *Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização.* -----

Nas competências do presidente da câmara municipal, artigo 35º, ponto1, alínea s), diz: *Responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta.* ----

É bom lembrar a composição plural da assembleia municipal e a necessária pedagogia do exercício democrático do contraditório, princípio básico da democracia pluralista. -----

Assim, são de todo incompreensíveis as motivações que levaram a mesa da assembleia e particularmente o senhor presidente da mesma, a ignorar na melhor das hipóteses e sendo simpático na observação crítica que aqui vos deixo, não me tendo sido dada a palavra apesar da insistência do meu pedido no final da última assembleia. -----

Espero que tal não se volte a repetir pois não me considero desprovido de discernimento nem do sentido da respeitabilidade com que me relaciono, quer com a assembleia, quer com a mesa da assembleia e julgo ter o direito de ser tratado da mesma forma.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Está em discussão na Associação Nacional de Municípios Portugueses dois assuntos importantes neste momento. -----

Um deles é as Lojas do Cidadão e os Espaços do Cidadão que o Governo quer empurrar para os municípios, fazendo-os assumir responsabilidades nesta área e por outro lado, esvaziar através deste meio serviços públicos nos municípios. -----

Para que não aconteça aquilo que está no relatório da Inspeção Geral de Finanças, não aceitar isto é uma forma de não aceitarmos mais despesa. -----

Por outro lado, está em discussão também na Associação Nacional de Municípios Portugueses o Fundo de Apoio Municipal, que é uma tentativa de mutualizar as dívidas dos municípios. -----

Há municípios muito pior que o nosso em termos de dívidas, há municípios que neste momento estão numa situação muito grave, agora, aqueles municípios como o nosso, que têm uma gestão com os problemas que já vimos aqui, não têm que dar dinheiro para situações escandalosas que aconteceram em municípios que deviam ter tido cuidado com o equilíbrio financeiro. -----

Por outro lado, preveem-se retiradas de verbas avultadas de cada um dos municípios. -----

Estão previstos para além do Fundo de Apoio Municipal, está previsto mais um fundo que é o Fundo de Investimento Municipal e a retirada de 20% em vários indicadores desde que as câmaras não consigam efetuar os pagamentos e estejam em dívida em relação a alguns indicadores, são retirados 20% da participação dos impostos. –

As câmaras mais uma vez, para não acontecer aquilo que aconteceu em 2010, 2011 e 2012, as câmaras devem ter uma posição muito forte em relação a isso para não perderem autonomia financeira e não ter que acarretar com as dívidas de municípios em que por exemplo o município do Entroncamento não tem responsabilidades da dívida de outros municípios.” -----

Continuou **Telma Jorge**: ” Pensamos que é oportuno, na altura da informação que o senhor Presidente da Câmara irá dar à assembleia, se achar conveniente e oportuno pô-nos ao corrente da qual é o andamento da situação relativamente à estação da CP.” -----

Atendendo a que ninguém do público quisesse intervir entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS EM FALTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO

Após a leitura da respetiva ata avulsa da tomada de posse e de todos os trâmites legais e dos respetivos juramentos por parte dos membros presentes do Conselho

Municipal de Segurança do Entroncamento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE NOME AO CENTRO ESCOLAR NORTE -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ É um ponto para tomada de conhecimento sobre o nome do Centro Escolar Norte. -----

Como sabem, houve uma série de procedimentos, vem à assembleia para conhecimento para que possa abrir um novo ano escolar com um nome. -----

O documento que vos foi presente refere a metodologia adotada e já foi apreciado em reunião de câmara.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Estes foram os únicos nomes propostos, ou houve mais nomes propostos? -----

Em relação à Escola Básica Jean Monnet, pelo que está aqui em termos de 1% o que revela que o Jean Monnet não diz grande coisa nesta altura em que a Europa não é muito popular em Portugal, o que revela que a população não dá grande importância a estes nomes de relevo.” -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDOS DE EXECUÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E DE SÃO JOÃO BAPTISTA -----

Interveio **José Baptista**: “ Já alguns meses nos referimos aqui a este assunto e lembro-me que na altura falámos que havia algumas situações que podiam ser um bocadinho vagas e era preciso termos noção apesar de estarmos a regulamentar aquilo que legislação nos impunha, que tinha a ver com as delegações de competências, mas depois então pôr na prática como é que as juntas de freguesia iam efetivar num terreno que é o terreno do concelho do Entroncamento, e portanto é esta a realidade que nós temos, quais é que eram as competências e quais é que eram meios que lhe vão ser atribuídos. -----

Li algumas recomendações que foram feitas na reunião de câmara, da informação que nos foi fornecida sobre o vazio de alguma parte deste acordo entre as partes que é aqui celebrado, mas há questões que não nos são respondidas, que é: Quem é que vai executar as tarefas que aqui estão colocadas. -----

É a autarquia que põe os funcionários à disposição da junta de freguesia e a junta de freguesia gere os funcionários, ou são as juntas de freguesia que vão buscar funcionários para o seu quadro, que não podem, ou se vão alicerçar em programas ocupacionais do Centro de Emprego, trabalho precário. -----

Tal como nós falámos na outra reunião, no princípio do mandato, havia questões como as feiras e mercados, o mercado semanal passar para a junta de freguesia, com que funcionários é que isto vai ser feito, são os funcionários do município? São os funcionários do Centro de Emprego? São os funcionários das juntas de freguesia, parece-me difícil, mas aguardo pela explicação dos senhores presidentes. -----

Questões como a limpeza urbana, é feita pelos atuais funcionários, com novos CEI, com funcionários da autarquia, precisamos de explicar isto para perceber quem é que vai fazer isto. -----

Em Lisboa o que aconteceu, o município transferiu todos os serviços a nível de limpeza urbanística para as juntas de freguesia, e cada uma das juntas de freguesia ficou dotada com os equipamentos, com os funcionários, com as dotações financeiras para isso, aqui é isso que vai acontecer? Os funcionários mudam para os quadros das juntas de freguesia? São funcionários novos que as juntas vão arranjar? Como é que vai ser? “ -----

Pedi a palavra **Telma Jorge**: “ Parece-nos que o senhor deputado do PSD acaba de colocar o dedo em cima da ferida e nós estamos completamente de acordo, aliás, eram essas questões que tínhamos intenção de levantar. -----

A CDU está à vontade, fomos pioneiros em Portugal na delegação de competências e na sua descentralização, sempre tentámos promover protocolos nas nossas autarquias e freguesias, nos quais fundamentávamos o interesse e objetivo do contrato a estabelecer por acordo entre as partes. -----

Relativamente a esta questão, o próprio documento vem acompanhado de algumas considerações. -----

No segundo parágrafo diz: “*Estabelecendo-se ainda, no artigo 132º uma delegação legal de competências das Câmaras Municipais nas Juntas de Freguesia, cujo exercício depende da celebração de um acordo de execução, prevendo expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes...*” Aonde é que estão estes recursos financeiros salvaguardados nesta proposta? -----

Não estão expressamente identificados os recursos humanos muito menos os meios financeiros. -----

Por tudo isto e por uma questão de coerência e nesta fase, a nossa opinião é que já devíamos estar a discutir quais seriam as verbas a atribuir e entendemos que neste momento se este documento é para ser aprovado tal como está, não contem com o nosso voto favorável, na melhor das hipóteses com uma abstenção.” -----

Proseguiu **Rui Maurício**:” Isto no fundo, é uma falsa questão que está a ser levantada quer pelo PSD, quer pela CDU, isto era um documento que já existia praticamente nos mesmos moldes do executivo anterior, o PSD se não se recorda disso se na altura existia e funcionava, não faz sentido essa observação, mas está no seu direito. ---

Em relação aos pontos que poderão eventualmente ser delegados as competências, não é obrigatório. -----

Nós temos um documento assinado entre as juntas de freguesia e a câmara municipal, podem eventualmente ter algumas competências, nomeadamente todas estas que estão aqui. -----

Este documento já foi aprovado aqui na assembleia municipal, tem apenas aqui mais uma alínea, é só isso, não tem mais nada. -----

Já foram feitas duas reuniões, com a senhora vice-presidente, o vereador Carlos Amaro, o vereador da CDU, o doutor Martinho e o arquiteto Rafael e os dois presidentes de junta, foi referido nessa reunião que efetivamente esta delegação de competências podem-se manter como estão, com mais esta alínea que está aqui acrescentada, agora a câmara poderá eventualmente delegar as competências ou não, isto não é obrigatório, se isso se vier a acontecer, terá que se ver os moldes dessas delegações. -----

Como presidente de junta se o presidente da câmara entender que eu fique a tomar conta do cemitério, não tenho problemas nenhuns, tenho que ter é um envelope financeiro para começar. -----

O que esta aqui, não é obrigatório, não vejo razão nenhuma para este documento não avançar nas condições em que ele está.” -----

Continuou **Ezequiel Estrada**: “ Relativamente a esta situação, o que há de novo em termos das competências próprias das freguesias é uma pequena alteração. -----

As outras situações são situações de análise e de interesse local, cada concelho tem a sua situação própria e elas divergem muito, estamos a falar de um concelho que é todo urbano, que se situa em 13,7 km2 em que 15% são terrenos baldios da CP e da servidão militar. -----

Não vamos sobrepor na questão da limpeza de ruas ou na situação de equipamentos das piscinas que pertencem à câmara, se houver uma vantagem em termos de redução de custos, aí sim, pode-se avaliar a situação e a transferência de competência faz todo o sentido. -----

A situação das escolas, em tempos houve uma delegação de competências que funcionou durante alguns mandatos, que a junta de freguesia fazia pequenas reparações nas escolas, um aproveitamento de algumas verbas disponíveis na junta de freguesia e que aí ter uma aplicação e reduzir os custos por parte da aplicação da autarquia. -----

Neste momento isso não se justifica porque vamos ter um parque escolar bastante recente, não há necessidade de intervenções e o que a junta tem relativamente às escolas, é apenas a competência de fornecer artigo de higiene e limpeza e expediente. -----

Se a câmara entender em determinada situação com a junta de freguesia através deste protocolo, que a junta faça umas obras de beneficiação, umas pinturas, se efetivamente isso for de interesse para o município e que traga para a comunidade interesse, isso poderá ser feito. -----

Falou o senhor deputado relativamente a Lisboa, não há dúvida nenhuma que Lisboa é um caso completamente fora à parte, foi um processo que demorou algum tempo, mas foi um trabalho excelente, todos os equipamentos foram transferidos para as freguesias, a câmara compromete-se a transferir o respetivo envelope financeiro relativamente aos custos que tinha com esses equipamentos e todo o pessoal. -----

O que propus relativamente à freguesia de Nossa Senhora de Fátima, é manter esta situação de interesse, quando houver necessidade de assegurar através, normal passa efetivamente por um CEI, o chamado antigo POC e ceder à câmara a supervisão com a coordenação da junta de freguesia. -----

Depois há um entendimento e estamos a fazer um conjunto articulado com a autarquia, a câmara tem técnicos, tem pessoal com competências próprias, desde carpinteiros, pintores, pedreiros e vimos que havia necessidade de recuperar algumas habitações sociais, a freguesia entendeu e propôs à câmara disponibilizar verbas para adquirir os materiais para esse efeito, pôr à disposição um colaborador que a junta tem para proceder a pequenos retoques de pintura, a câmara fez o trabalho de profundidade, carpinteiros e pinturas de pormenor, arrumámos já duas casas de habitação social que foram entregues recentemente à câmara municipal. -----

Neste momento estamos a fazer intervenção no parque desportivo no bairro da Liberdade, está com outro aspeto e houve esta articulação de custos de materiais para a junta de freguesia e a mão-de-obra disponibilizada pela câmara municipal. -----

Portanto, não vejo estarmos aqui com preocupações relativamente a este protocolo, ele serve quando nós entendermos e podemos fazer coisas que quase nem serve o protocolo.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Com os esclarecimentos que aqui tivemos dos senhores presidentes de junta, parece-me que nós estamos a analisar um protocolo, que os senhores presidentes de juntas dizem à priori que não vão cumprir, porque estão numa zona urbana e a maior parte das atividades que estão no protocolo não vão ser cumpridas pelas juntas. -----

O que os senhores disseram é totalmente verdade, estamos numa zona urbana, não há a questão da ruralidade e da distância a sede de concelho e portanto, não se verifica a maior parte dos pressupostos que dão razão à Lei 75/2013, no Entroncamento. -----

Quando eu pergunto valores, o senhor presidente da junta referiu-me logo que isto era um protocolo que já existia, é verdade, é o protocolo que existia assinado com a junta de freguesia de Nossa Senhora de Fátima, essencialmente à habitação social, não era para fazer feiras e o ”*trinta e um*” que está aqui. -----

Tudo aquilo que o senhor presidente da junta de Nossa Senhora de Fátima referiu, era exatamente aquilo que vinha sendo feito na habitação social anteriormente. -----

Compreendo que isto é uma transcrição da Lei nº 75/2013, e portanto, quanto a isso nós não temos muito a fazer, também me parece que foi de alguma humildade e respeito, os senhores presidentes têm admitido que há questões aqui que nunca vão fazer, há aqui questões que não são sequer ponderáveis para o Entroncamento e portanto nós vamo-nos abster nesta decisão.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Algumas das questões que nós levantámos já foram respondidas pelo senhor presidente da junta de Nossa Senhora de Fátima. -----

No entanto, queria chamar à atenção de uma questão, praticamente este protocolo que está a ser assinado neste momento, praticamente idêntico a este, nós assinámos com um objetivo que era não encerrar o processo que já tinha começado, até porque a Lei dava-nos 180 dias para nós fazermos os protocolos de uma outra forma, foi neste pressuposto que nós aceitámos o anterior protocolo, que é quase idêntico a este. -----

As freguesias têm competências próprias que a Lei lhes dá, as freguesias têm outras competências que são transferidas dos municípios, mas para essas transferências há os acordos estabelecidos entre as duas partes, e as duas partes têm que chegar a esse acordo. -----

Aquilo que foi dito aqui também é verdade, em função da realidade assim são feitos esses protocolos, até se pode chegar à conclusão que as freguesias não queiram protocolos ou que não aceitam protocolos que são propostos pela câmara municipal e estão no direito de o fazerem. -----

A Lei também prevê os pressupostos para a descentralização destes protocolos, têm que gerar mais eficiência nos resultados e menos despesa. -----

Para além disso, a junta de freguesia tem a vantagem de muitas destas áreas haver uma descentralização na proximidade das populações, que é aquilo que se pretende. -----

A Lei é bem clara em relação a isto, tem que ser definido os meios financeiros, os recursos humanos e o domínio dos bens, ou seja, a câmara transfere a utilização desses bens, que continuam a ser posse da câmara, com os meios necessários para um bom serviço. -----

Nós estávamos à espera de mais em termos do protocolo, estávamos à espera que houvesse um quadro de pessoal, que houvesse recursos humanos bem especificados, compreendo que em termos de orientação isso está bem especificado, é a câmara municipal que faz a orientação para uma economia de meios e aceitamos isso, agora não aceitamos de alguma forma, é o continuar deste processo de ir buscar gente aos Centros de Emprego e das juntas se tornarem uma extensão do Centro de Emprego. -----

Nós temos que ter recursos com saber fazer, nós temos que ter recursos para colocar à frente dos mercados que saibam executar as tarefas. -----

No entanto, vamo-nos abster por uma razão muito simples, achamos que isto não vai ficar como está, aliás, a câmara também o pode fazer em qualquer altura, rever esse contrato com as juntas de freguesia no sentido de corrigir algumas insuficiências.” -----

Pedi a palavra **Ezequiel Estrada**:” Muito rapidamente para esclarecer o senhor deputado José Baptista e o senhor deputado da CDU, alterou-se alguma filosofia do equipamento que estava previsto no protocolo anterior. -----

O que acontecia, era que o protocolo na junta de freguesia de Nossa Senhora de Fátima fazia obras de beneficiação e melhoramentos no bairro de habitação social, com transferência de verbas na ordem dos trinta mil euros e sessenta mil euros durante anos para a junta de freguesia e a junta de freguesia ia contratualizar pessoal através do processo do IFP para fazer estes trabalhos, isso é que eu acho que é incorreto. -----

Uma transferência de verba da câmara municipal para a junta de freguesia em que a junta de freguesia depois recorrerá a esse processo de criação de pessoal através do IFP, não foi isso que eu disse. -----

Neste momento estamos a rentabilizar os meios da câmara municipal em termos de mão-de-obra disponível e a junta de freguesia apenas se preocupa em participar com materiais, nós não estamos a ir buscar ao centro de emprego pessoal para exercer atividade em melhoramentos, isso parou, não existe e não se fez mais.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entra a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista”, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata, três do Bloco de Esquerda e três da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA – RELATÓRIO FINAL – MINUTA DO CONTRATO -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Estamo-nos lembrados daquilo que se passou na última assembleia, não se tratou de colocar em causa a competência do ROC existente, mas sim, a ilegalidade existente. -----

Nesse sentido, a câmara fez um convite a algumas empresas para que apresentassem um valor para a prestação destes serviços. -----

Nós gostaríamos de nos congratular com o facto de a escolha recair sobre uma empresa que apresenta o valor mais baixo, sendo que esse valor é metade do valor que se estava a pagar anteriormente.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ Sobre a análise desta documentação e porque já analisámos toda a questão que tem a ver com o revisor oficial de contas da autarquia e por o processo não estar ainda resolvido, esta nova escolha através de convite da autarquia a estas entidades, que terão que ter o parecer da ordem, etc., segundo sei o anterior ROC não sei se já deu autorização ou não para esta nova empresa ficar então responsável pelas contas da autarquia. -----

Parece-me importante ressaltar uma questão, na questão dos valores e sendo uma redução para metade, quem estava na assembleia há vários anos atrás lembrar-se-á que foi aconselhado o anterior gabinete do revisor oficial de contas a aumentar o valor pelo qual prestavam o serviço, pela própria ordem, porque o valor era muito abaixo daquilo que era praticado noutras autarquias. -----

Esta questão do valor é relevante sempre o valor que se paga, mas se formos ver os primeiros contratados, não foram aqueles ultimamente eram os aplicados, isso consegue-se ver nos primeiros contratos e na primeira negociação que foi feita. -----

Sendo certo que a situação se encontra tal qual como nós a conhecemos, que houve a discussão que houve nesta assembleia sobre este assunto e no executivo e de acordo com aquilo que foi a posição do Partido Social Democrata, por não haver conhecimento se há condições ou não para a autarquia assumir a responsabilidade de contratar um novo revisor oficial de contas, nós vamo-nos abster nesta decisão, não vamos votar contra porque, não queremos que isto seja um impedimento para a autarquia não ter um revisor oficial de contas, se assim legal for.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ De assembleia para assembleia estou sempre a recolher coisas novas, estou a ver que há sempre alguém que tem informação privilegiada, desconhecia esta informação dada aqui agora. -----

Porque é que se demorou tanto tempo a tomar uma decisão para resolver este problema. -----

O problema estava já equacionado, sabia-se que havia incompatibilidades da parte do anterior ROC de poder exercer a função por razões impostas pela Caixa Geral de Aposentações, este assunto foi-se protelando de tal forma que as últimas contas não foram apreciadas.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro da ordem dos trabalhos “ **Prestação de Serviços de Auditoria Externa – Relatório Final – Minuta do Contrato**”, foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e oito abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata e três do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA URBANA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO ---

Pedi a palavra **Sara Domingos**: “ Creio que este ponto irá gerar concordância de todas as bancadas, de facto não existe aqui grande espaço para dúvidas. -----

Este projeto de regulamento mais não visa do que adequar a lei nº 75/2013 às normas ERSAR. -----

Aproveito para realçar a atenção que o executivo está a ter na recolha seletiva de resíduos, salientar a preocupação ecológica e também financeira, uma vez que na recolha seletiva não existem custos para o município. -----

Também de referir que neste período das festas do Entroncamento, irão ser distribuídos cinco mil ecopontos por o mesmo número de agregados familiares, o que será uma tentativa para alertar a população para este problema e motivá-la para fazer esta seleção.” -----

Interveio **Fátima Roldão**: “ Vamos fazer algumas considerações sobre o regulamento apesar de considerarmos que o mesmo está bastante completo. -----

Julgamos que o documento está dotado de todos os requisitos técnicos e terminologia adequada para o fim a que se destina, mas existem algumas lacunas que nos parecem importantes, sendo a principal de achar que se reporta a uma ação informativa, pedagógica e mobilizadora relativamente aos municípios nas práticas de boa gestão, acondicionamento e deposição dos resíduos, bem como outros comportamentos no uso do espaço público em termos de limpeza e boa manutenção. -----

Julgamos que este regulamento deveria ser amplamente divulgado junto de todos e não só como contempla o artigo 9º através do sítio da internet, uma vez que ainda existem muitos municípios que não dispõem deste serviço. -----

Seria importante que uma sumula deste regulamento fosse distribuída gratuitamente a todos os utentes, nomeadamente no que diz respeito aos deveres da entidade gestora, deveres dos utilizadores, proibições em lugares públicos e contra ordenações entre outros aspetos. -----

Relativamente ainda ao artigo 9º e indo ao encontro desta nossa preocupação de uma larga divulgação e sensibilização da população, não concordamos também que a disponibilização dos exemplares do regulamento tenha que ser paga, pois trata-se aqui de uma missão também de caráter ambiental e cívico, como aliás já foi referido, a que deverá ser facilitada e incentivada por todos os meios, pelo próprio município. -----

Deveria ser contemplado no artigo 10º Deveres da Entidade Gestora – o dever de informação e sensibilização para as boas práticas ambientais. -----

Deveria também ser incluído neste mesmo artigo o dever de fiscalização dos equipamentos e do uso correto dos mesmos, bem como a supervisão e fiscalização relativamente ao artigo 35º Proibições em Espaços Públicos. -----

Em relação ao artigo 58º que diz respeito às contraordenações, consideramos excessivos os valores em causa para as pessoas singulares, que variam entre 250 a 1500 euros, consideramos que estes valores são desproporcionais relativamente a alguns delitos referidos no artigo 35º. -----

Apesar de considerarmos importante o cumprimento integral destas normas e o uso adequado e eficaz dos equipamentos e do espaço público, julgamos também que esta missão deve passar prioritariamente por uma ação pedagógica e de formação para a cidadania ambiental e não tanto por uma ação sancionatória, embora esta deva existir mas não com um peso tão elevado. -----

Julgamos pois, e finalmente que o mais importante será uma ação educadora, preventiva, informativa, que nos parecer estar pouco reforçada e traduzida neste regulamento, que primou mais pelos aspetos técnicos, do que propriamente pelos aspetos de cidadania e educação ambiental. -----

Contudo, iremos votar a favor, penso que estes aspetos já não poderão ser eventualmente contemplados, uma vez que o regulamento já foi aprovado também no executivo, mas ficam aqui estas sugestões para o futuro.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Só algumas questões, uma delas já foi aqui levantada, são as questões técnicas que devem chegar à população. -----

Fiquei um bocado surpreendido com os limites da colocação dos resíduos nos contentores e a população não sabe disso e deve ser informado. -----

Por outro lado, equipamentos eletrónicos e óleos no geral deve haver uma campanha de sensibilização.-----

O regulamento teve uma grande evolução, ainda me lembro do primeiro regulamento para esta área, passou pela minha mão quando fui vereador, e de facto isto está muito técnico neste momento, atingiu-se um grau de perfeição bastante avançado. ---

Há aqui algumas questões que nós devíamos repensar. -----

A questão da volumetria que é calculada em função dos gastos de água, penso que aqui regredimos porque deveria haver um maior escalonamento em termos de consumo de água, ou seja, isso permitiria que quem economizasse mais meios, quem se preocupasse mais com o ambiente e quem tivesse menos possibilidades, tinha um custo menor.-----

Por outro lado as questões da ERSAR, penso que não deve ser tomado como lei tudo o que vem da ERSAR, é uma instituição que regulamenta esta área, mas pouco mais do que isso e é muito questionada neste momento a nível da Associação Nacional de Municípios, a própria nova lei orgânica para esta área. -----

Portanto, nós devemos olhar com alguma preocupação aquilo que são os objetivos da ERSAR neste momento, que estabelecer preços de monopólio para esta área e condicionar desta forma a política dos municípios nesta área.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Projeto de Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Concelho do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade, com nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP 2014 – 2017 -----

Interveio **Sara Domingos**: “ A bancada do Partido Socialista considera que esta proposta do executivo perfeitamente normal, uma vez que o orçamento foi aprovado em novembro, face ao tempo que já decorreu, foram detetadas situações que obrigaram ao reforço de verbas, nomeadamente a nível da iluminação pública, uma vez que os custos do último trimestre do ano de 2013 com esta rubrica, foram transferidos para o atual ano e este reforço de 178.000.00 euros irá permitir o pagamento da iluminação pública até ao final do ano. -----

O outro reforço importante será a alimentação com as refeições escolares das crianças, que também teve que ser reforçada.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “ A minha abstenção deve-se ao facto de não ter sido eu que votei o orçamento e somente por isso irei abster-me.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Queria chamar à atenção para uma questão que é importante e que tem a ver com aquelas chamadas de atenção da Inspeção que nós vimos aqui, muitas das verbas que eram subdotadas, depois eram dotadas à posterior através do saldo orçamental do ano anterior, podemos continuar nesta senda. -----

Espero que aquilo que vem aí justificado seja mesmo aquilo que vem aí justificado e que se tente corrigir isto para não entrarmos no mesmo caminho da anterior gestão.” -----

Referiu **José Baptista**: “ As revisões orçamentais aconteceram já várias vezes ao longo dos tempos, o PSD apresentou várias à câmara e a esta assembleia. -----

Num orçamento de rigor, como o Partido Socialista disse à época quando o fez, não é suposto que não perceba as alterações que vai haver, como a senhora deputada disse aqui. -----

A senhora deputada aqui que houve a questão da alimentação, a questão da iluminação porque houve custos a mais devido ao último trimestre, ninguém aqui vai deixar de dar de comer às crianças, o ponto a seguir que se refere à alimentação tem obrigatoriamente que ser aprovado, como é óbvio. -----

Uma revisão orçamental que aquilo que está aqui, num orçamento de rigor e de absoluta transparência e isenção, é preciso saber porque é que há uma revisão orçamental. -----

Nós compreendemos os argumentos que a senhora deputada apresentou, analisámos a documentação que nos foi remetida e para que não dar qualquer tipo de possibilidade a que alguma delas não seja aprovada, iremo-nos abster na sua votação.” –

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **1ª Revisão ao Orçamento e GOP 2014-2017** ” foi aprovado por maioria, com onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e doze abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária, três do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA -----

Pediu a palavra **Manuel Martins**:” Só para dizer que a energia, o seu consumo e a forma racional como é utilizada, é uma das preocupações deste executivo. -----

Atualmente os consumo de energia representa para o município um custo de 650 mil euros por ano, o que corresponde a cerca de 12% dos custos do município, retirando os custos com o pessoal. -----

Tem existido a preocupação com a luminária do município, tendo sido desajustados alguns horários e reduzindo-se e eliminando algumas zonas não habitadas.

Está também a ser realizado um estudo sobre a forma alternativa de iluminação dos túneis sobre a linha férrea a fim de reduzir os custos. -----

Ao que parece, há as esperanças de já em junho ou julho, ser possível a instalação de painéis foto voltaicos em edifícios do exercício, contribuindo assim também desta forma para uma redução de custos com o consumo de energia elétrica. ----

Com o objetivo de reduzir este custo, pretende-se contratar o fornecimento de energia elétrica por um valor mais reduzido, como parece que tem que ser por um período mínimo de um ano, o que significa a afetação de dois exercícios financeiros.” –

Intervio **José Baptista**: “ A questão da central de compras é absolutamente relevante, a informação que vem posterior à informação ao ponto anterior e portanto, torna-se difícil decidir o ponto anterior quando a informação só nos é prestada agora, porque é que a energia elétrica precisa efetivamente de ser alvo de uma cabimentação, faz sentido agora perceber se o documento deste ponto, porque é que o anterior tem que ser alterado, há aqui uma inversão, o ponto anterior tem que vir referido porque é que ele tem que ser alterado. -----

Na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, os senhores deputados que lá estiveram no anterior mandato sabem disso perfeitamente, a central de compras tem sido uma metodologia a implementar o mais eficazmente possível, para conseguir gerar escala nas compras que são feitas, e portanto, a implementação na central de compras conseguir abranger a maior parte dos municípios em muitas áreas, começamos com o papel, lembro-me perfeitamente, que a compra do papel através da central de compras do Médio Tejo para todos os municípios, houve um menor custo para as autarquias que não se conseguia à época, esta questão de se comprar à escala é muito mais interessante.

Lembro também, que a nível de custos com a eletricidade eles estão absolutamente estimados, quando foi colocada a nova iluminação na rua Luís Falcão de Sommer, essa iluminação é já de lideds por causa dos custos da eletricidade. -----

Nós saudamos qualquer medida do município em continuar essa senda de ir alterando os vários equipamentos do município na redução da eletricidade. -----

Obviamente que esta proposta terá aprovação pela bancada do PSD.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “**Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais – Fornecimento de Energia Elétrica**”, foi aprovado por unanimidade, com nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES 2014-2015

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Penso que este ponto é consensual, aliás, já foi dito aqui pela bancada do PSD. -----

Esta questão prende-se com o fornecimento das refeições escolares e tem a ver precisamente com o acréscimo que se prevê com as questões das refeições com o centro escolar norte, que vai ter mais duas turmas do pré-escolar e também se prevê um aumento do número de estudantes.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número oito à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “**Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais – Fornecimento de Refeições Escolares 2014-2015**”, foi aprovado por unanimidade, com nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO PREVISTO E NÃO OCUPADO NO MAPA DE PESSOAL – TÉCNICO SUPERIOR DE ENGENHARIA CIVIL -----

Intervio **José Leote**: “ Esta autorização tem a ver com a necessidade de acautelar o bom funcionamento dos serviços nesta área técnica. -----

Estes serviços como sabem, são fundamentais para a autarquia, até porque muitos dos colaboradores alguns vão sair da autarquia e outros desta área e pela necessidade também do município estar munido de um técnico que possa acompanhar as próximas obras em que o município vai estar envolvido.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Não era para intervir, mas há uma palavra que me mete impressão, o vocabulário neoliberal que ultimamente é muito utilizado, que é a palavra “colaborador”. -----

Trata-se de trabalhadores que viram os seus salários diminuídos, os seus direitos diminuídos, que trabalham mais com as 40 horas e depois arranja-se uma palavra para os compensar, que é colaborador, que me faz impressão, nos pós II Guerra Mundial os colaboradores em França, eram aqueles que tinham servido o regime de Hitler. -----

A mim, essa palavra não me entra no vocabulário e tenho algumas dificuldades, mantenho o trabalhador, que é uma palavra digna.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Neste ponto estamos perante um posto de trabalho que neste momento é ocupado por um funcionário que está em serviço nesta casa, que termina o seu vínculo laboral a nove de julho de 2014. -----

Entende-se que esta é uma área estratégica para o município, engenharia civil, e portanto, a proposta que é feita pelo executivo por ser estratégica e essencial ao desenvolvimento do trabalho normal do departamento urbanismo e obras, que este lugar não fique vago e haja uma nova admissão extraordinária. -----

Parece-me que o mal que nós fazemos estas questões, quando temos um nome de uma pessoa em cima da mesa, é em qualquer momento pensar-se que estamos a fazer uma apreciação àquela pessoa e não àquele lugar. -----

A primeira coisa que eu pedia, era que nós nos esquecêssemos que estamos a falar de uma pessoa que é conhecida trabalha nos serviços e portanto, temos que fazer esta análise de forma fria. -----

Se esta funcionária é essencial ao trabalho da autarquia, parece-me que, os auxiliares de ação educativa nas escolas também são essenciais ao trabalho das escolas e nessa altura, o município não entendeu assim, aliás, hoje temos até uma novidade na ordem dos trabalhos sobre esta matéria na revisão do mapa de pessoal da câmara, em que aqueles três lugares que iam a concurso e a que dezenas de pessoas se candidataram, o município vem agora, depois de não nos ter respondido tantas vezes, vem agora extinguir esses lugares. -----

A questão que nós temos que falar e mais uma vez o digo, não é da pessoa em causa, é nós temos um procedimento excepcional para contratar uma engenheira civil e temos um procedimento a absolutamente normal para terminar com vagas de auxiliares

de ação educativa nas escolas, que são essenciais como pão para a boca e todos nós sabemos disso. -----

Este caso já não é novo, este caso já se sabia no mandato anterior, o anterior presidente e o anterior executivo tinham a noção que havia esta situação, mas não existia só esta situação, existia a situação da Engenheira Patrícia Anacleto e da Engenheira Hélia Seguro, e portanto, nós estamos a falar de duas pessoas que têm vínculos ao município a extinguirem-se em momentos diferentes e é importante perceber se são as duas essenciais e extraordinárias, ou se, o próximo lugar creio que seja da Engenheira Hélia Seguro se também vai ser alvo de uma contratação extraordinária para este lugar, ou se vamos abdicar dele. -----

Portanto, é importante saber qual é que é a situação neste momento sobre o qual estamos a falar e saber se vamos ter outro procedimento extraordinário, é só para nós fazermos conta com isso.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

O ponto número nove “ **Autorização para Recrutamento Excecional de um Trabalhador para Ocupação de um Posto de Trabalho Previsto e não Ocupado no Mapa de Pessoal – Técnico Superior de Engenharia Civil** “ foi aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Este ponto já foi aqui referido hoje pela bancada do PSD, referiu a questão das auxiliares de ação educativa. -----

Permitam-me voltar um pouco atrás, fiquei até surpreendida com o senhor deputado José Baptista, falou a respeito do ponto anterior na questão de nomes, que eu saiba, quando abrem concursos é para toda a gente, não necessariamente para a, b, ou c.

A questão das assistentes operacionais, que já foi aqui bastante explicada e debatida anteriormente e que o executivo camarário decidiu suspender o contrato, como todos sabemos e nesse sentido, estando no mapa de pessoal referido estes três lugares a preencher no setor da educação, estando o concurso anulado, evidentemente que estes lugares teriam que ser anulados. -----

Neste momento o que é trazido aqui, é a anulação dos lugares de assistentes operacionais.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Este ponto é quase que surpreendente, porque seremos uma autarquia diferente em que temos a oportunidade de ter três assistentes operacionais nas escolas sem custos para a autarquia e em que a autarquia desaparece com um concurso e depois aparece aqui a alteração ao mapa de pessoal em que desaparece com os lugares. -----

A senhora deputada disse que o concurso foi anulado, muito obrigado porque ainda não tínhamos tido essa informação, ficámos aqui a saber que o concurso dos assistentes operacionais foi anulado, a única coisa que soubemos, é que nesta assembleia votámos pela sua continuidade desse mesmo concurso e sabemos também, que o executivo não lhes deu continuidade, parece-me. -----

Agora que foi anulado, é uma novidade que temos senhora deputada, muito obrigado por nos ter informado, devia era ter sido o executivo a dar essa informação. ----

Relativamente ao ponto anterior, a senhora deputada disse que eu referi o nome, o nome da funcionária está referido em toda a informação que vem na documentação. ----

Disse mais que uma vez, que quando se discute um lugar, não se deve discutir o nome, porque se eu gosto da funcionária, ou se eu não gosto da funcionária, obrigatoriamente a minha opinião vai ser colada à decisão que tomar. -----

Já percebemos que é vontade do executivo extinguir estes lugares do mapa de pessoal para o ano de 2014, obviamente de acordo com todas as diligências que o PSD já tomou, e com as não respostas que o PSD obteve, o PSD vai obviamente votar contra esta alteração ao mapa de pessoal.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ Nós queríamos obter alguma informação complementar àquilo que vem, é que não nos são dadas razões para a extinção dos três postos no quadro do pessoal. -----

Antes que a gente cometa algum erro, acho que devemos ter alguma informação porque é que o executivo decidiu propor-nos para alterarmos o quadro de pessoal e se a lei nos obriga a isso.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ Só para memória futura vamos lembrar o que se passou acerca deste assunto, que é importante. -----

O concurso foi anulado pelo executivo e não houve nenhuma suspensão de contrato. -----

Houve um concurso que não se realizou, porque se ele se tivesse realizado, o executivo não o podia anular, se tivesse realizado com classificação e ordenação dos candidatos, por lei não podia. -----

Como não se concretizou nem foi nomeado o júri, pode dar sugestão à tutela e a tutela sanciona a decisão da autarquia de não concretizar o concurso. -----

Também é verdade que estes três lugares foi um acerto que existiu entre o Ministério da Educação e a autarquia, quando da passagem das competências do Ministério da Educação para o município e eram lugares suportados financeiramente pelo Ministério. -----

Não se compreende qual é o ganho funcional/económico que advém para o município de acabar com este concurso. -----

Esta assembleia votou contra a eliminação deste concurso e o executivo fazendo tábua rasa, do que aqui que foi discutido e decidido, decidiu o contrário.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Em relação às decisões que são aprovadas nesta assembleia e que são remetidas ao executivo e no meu entender enquanto jurista, a assembleia deu luz verde para que a câmara mantivesse aquele concurso, mas obviamente, não cabe à assembleia abrir concursos e tratar desses procedimentos. -----

A câmara enquanto órgão executivo, da assembleia sempre teve luz verde, poderia fazê-lo ou não, esteve no poder discricionário da câmara, a câmara entendeu não o fazer e anular o concurso, daqui não advém nenhum desrespeito para com a assembleia, porque sempre houve luz verde da assembleia para que o concurso continuasse, houve obviamente uma opção da câmara face a uma série de princípios que terão sido tidos em conta para que o concurso fosse anulado. -----

De qualquer forma e antes de votarmos, uma vez que mexe com o quadro de pessoal, vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para ajudar a esclarecer, sem antes dar a palavra à senhora deputada Fernanda Alves e ao senhor deputado Pedro Gonçalves, depois dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara e votamos.” -----

Fernanda Alves referiu: “ Agradeço, mas o senhor Presidente da Assembleia acabou de dar resposta àquilo que eu queria precisamente falar. -----

Acrescentava só que realmente este assunto já foi bastante debatido e já foi explicado.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “ Irei-me abster, porém, se fosse hoje a votação do concurso, essa votação não teria passado, porque o CDS-PP no Entroncamento assumiu-se contra a continuidade do concurso. -----

Gostaria que isso ficasse escrito, porque foi essa uma das decisões que levou ao desencadear da tomada que nós tomámos com a retirada de confiança ao nosso antigo deputado.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Relativamente a este assunto, gostava de esclarecer alguns equívocos. -----

Há aqui algumas afirmações que não são verdade, dizer que a hipotética contratação de três novos assistentes operacionais não tinha custos para a autarquia, não corresponde à verdade, o senhor Luís Grácio estará com certeza menos informado e nós teremos todo o gosto em esclarece-lo. -----

Relativamente a esta questão, vou ler o que consta da ata de 20 de dezembro de 2013, desta assembleia nas páginas 17 e 18 e que são afirmações minhas: -----

“Este concurso não teve como base nenhuma solicitação do Agrupamento de Escolas do Entroncamento, o Presidente do Agrupamento de Escolas do Entroncamento desconhecia a necessidade de desenvolver este concurso para a colocação de três assistentes operacionais. -----

De facto há contrato de transferência de competências e dotação financeira, que tem como base num determinado número de pessoas, nós neste momento, não temos menos que essas pessoas, nós temos, como já foi dito aqui, 64 assistentes operacionais, nas escolas, os rácios e aqui os rácios são dinâmicos, porque a evolução é dinâmica. ---

O senhor deputado Luís Grácio falou que o número de estudantes eram de 1610 e provavelmente, no momento em que ele recolheu a informação seriam 1610, em 19 de dezembro eram 1601, estas coisas evoluem, podem evoluir para baixo ou para cima. ---

De facto, nós temos 64 assistentes operacionais nas escolas, aplicando os rácios do ministério nós necessitaríamos de 48 e além dos 64, nós neste momento temos mais 12 assistentes operacionais dos programas ocupacionais nas escolas.” -----

Nós tínhamos entre assistentes operacionais e mais programas ocupacionais, tínhamos 76 pessoas, quando os rácios resultavam 48. -----

Há aqui uma margem muito grande e isso tem a ver com a gestão para fazer situações de facto de os rácios por vezes são cegos, por vezes há turmas com miúdos com determinadas necessidades, mas pareceu-nos na altura claro, que havia aqui uma margem muito grande de funcionários nas escolas para além daquilo que era o rácio resultante do ministério e para além daquilo que era o pacote do financiamento que vinha a acompanhar a transferência de competências. -----

Está também escrito nesta ata a informação concretamente da situação por cada uma das escolas, que eu agora não vou voltar a ler para não os maçar. -----

Portanto, face a esta informação clara que nós demos, o estar constantemente a ouvir que nós não demos a informação em tempo, quando ela está escrita na ata e devidamente clara, deixo-vos dizer, que o executivo entende que haverá alguma menor responsabilidade quem comete essas afirmações e algum menor desrespeito por o órgão que eu tenho a honra de presidir. -----

Outra questão é o quadro de pessoal, obviamente que o quadro de pessoal a sua aprovação é da competência da assembleia. -----

A ocupação das vagas, a iniciativa da ocupação das vagas, é da responsabilidade do executivo, nós, pura e simplesmente poderíamos não trazer aqui esta alteração do número de vagas, mas, nós pugnamos pela transparência e pelo rigor e entendemos que deve haver esta adequação, mas, a decisão é vossa.” -----

Pedi a palavra **Fernanda Rolo**: “ Só gostaria de saber, por que razão existem assistentes operacionais nas escolas que são do Centro de Emprego, uma vez que há pessoas a mais.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “ De facto, nós herdámos uma situação com um elevado número de pessoas a trabalhar nesta autarquia ao abrigo dos programas ocupacionais, infelizmente para essas pessoas nós não temos conseguido reduzir muito esse número, porque infelizmente para essas pessoas esses programas são muitas vezes a diferença entre a dignidade ou a falta dela, a sobrevivência ou a falta dela e, mais do que, uma necessidade concreta, é uma resposta social que nós entendemos que temos que dar e repito, infelizmente para essas pessoas, nós vemo-nos obrigados a continuar a ter um elevado número de pessoas com esses programas ocupacionais. -----

Senhora deputada **Fernanda Rolo**, gostaria de não ter programas ocupacionais na nossa câmara, porque isso representava que não tínhamos pessoas com essas carências, é essa claramente a nossa razão. -----

A razão de estarem cá as pessoas nos programas ocupacionais, não tem a ver com as necessidades operacionais de funcionamento, tem a ver mais infelizmente, com as necessidades e carências dessas pessoas. -----

Nós temos assistido ao longo do tempo e provavelmente o anterior executivo também teria essa consciência social, que essa seria muitas vezes a diferença entre a dignidade e não dignidade, entre a sobrevivência e não sobrevivência dessas famílias.” –

Interveio **José Baptista**: “ Ouvi do senhor Presidente da Autarquia, fiquei a perceber que o contrato foi anulado porque o Presidente do Agrupamento não tinha conhecimento do contrato, e ficámos ainda esclarecidos quanto à bondade do executivo em trazer a esta assembleia a possibilidade de aprovar ou não. -----

É uma decisão que nos cabe, se quisermos aprovar aprovamos, se quisermos não aprovamos, e o executivo fica contente à mesma.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

O ponto número dez “ Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2014” obteve a seguinte votação, onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, onze votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e três votos da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

Verificando-se empate na votação, o senhor **Presidente da Assembleia** usou o voto de qualidade, sendo assim o ponto número dez aprovado. -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

ANÁLISE, DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO DO IMPACTO ORIGINADO PELA PORTARIA Nº 82/2014, DE 10 DE ABRIL, NO SNS E CONSEQUENTEMENTE NAS UNIDADES HOSPITALARES DA NOSSA REGIÃO -----

Seguidamente **Fátima Roldão** apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

A Portaria nº 82/2014 corta grande parte das valências médicas e cirúrgicas nos três hospitais integrados no Centro Hospitalar do Médio Tejo --- Torres Novas, Abrantes e Tomar--- e ainda no Hospital de Santarém. -----

A concretizar-se o plano fixado na Portaria governamental, o distrito de Santarém ficará, inclusivamente, sem qualquer maternidade. -----

Por outro lado, estará a ser preparada a constituição de um “Grupo Hospitalar do Ribatejo”, reorganização de contornos indefinidos e cujo projeto o governo se recusa divulgar. -----

No entanto, o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém, José Josué, já assumiu publicamente a criação desse Grupo Hospitalar, integrando os três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospital de Santarém. -----

As declarações “desdramatizadoras”, no sentido de que os hospitais não perderão valências e de que nada se fará “ sem que os autarcas sejam informados ou envolvidos no processo” colidem com a realidade e não permitem atitudes complacentes. -----

Por um lado, a famigerada Portaria N°82/2014 prevê uma efetiva redução de valências. Por outro, a prática governamental tem sido a da contínua redução de serviços públicos. -----

Na mira do governo estão, mais uma vez, as pessoas comuns, que só vêm contando no momento de cortar salários, reduzir reformas e sobrecarregar com impostos --- mas abandonados na hora da doença, quando estão mais vulneráveis e mais precisam de apoio. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento decide: -----

- Exigir a revogação da Portaria 82/2014; -----
- pronunciar-se pela manutenção de todas as valências existentes nas diversas unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo; -----
- manifestar-se, desde já e frontalmente, contra qualquer reorganização hospitalar no distrito que implique retirada de valências nos hospitais que atualmente as disponibilizam; -----
- apoiar iniciativas neste mesmo sentido providas de outras autarquias da nossa região e declarar-se aberta à cooperação e à articulação de esforços; -----
- recomendar à CIMT a convocação de um plenário de autarcas, para debater o estado dos cuidados de saúde na região e tomar uma posição sobre estes ataques contra o Serviço Nacional de Saúde (SNS); -----
- alertar a população para as implicações negativas das alterações em curso na prestação dos cuidados de saúde, apelando à mobilização contra estas alterações. ---

Continuando no uso da palavra referiu: “ Pensamos que a moção está clara, no entanto gostaríamos de sublinhar alguns aspetos. -----

A Portaria 82/2014, prevê efetivamente a desclassificação das três unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo e a retirada de valências. -----

As declarações de que por enquanto tudo se manterá quanto às valências existentes, são pura manobra política para ganhar tempo, é jogo de cintura momentânea para que a Portaria se mantenha à espera de um ambiente mais propício à sua concretização e à sua consumação. -----

Efetivamente a única solução para que se mantenha a atual oferta de serviços, é revogar a Portaria pura e simplesmente. -----

Em segundo lugar, o chamado Grupo Hospitalar do Ribatejo, invocando um qualquer pretexto irrelevante, o Governo recusou ao grupo parlamentar do Bloco de Esquerda informação sobre o que prepara sobre a reorganização hospitalar, mas, é público, que o Governo prepara a agregação num único grupo dos quatro hospitais públicos do distrito de Santarém, os três do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Abrantes, Tomar e Torres Novas e o Hospital Distrital de Santarém. -----

Não há memória de que qualquer fusão ou agregação de hospitais não tenha resultado efetivamente numa regressão da oferta de valências, é o que, inevitavelmente acabará por acontecer, se for por diante o projeto do Governo, por enquanto ainda escondido na sombra. -----

Aliás, tal é perfeitamente coerente com a prática do atual Governo, cortar na saúde para pagar a dívida, cortar na educação para pagar a dívida, cortar nos salários para pagar a dívida e por aí em diante. -----

No final, quando alguns dos atuais ministros já foram administradores de empresas em setores que hoje tutelam, teremos menos saúde e já se percebeu que teremos também mais dívida para pagar. -----

Tudo o resto, é mais uma vez conversa para entreter enquanto o processo vai avançando. -----

As populações e as autarquias têm a obrigação de dizer agora e muito claramente, que somos contra qualquer retirada de valências do atuais três hospitais que servem o Médio Tejo, seja em nome dos ditamos da Portaria 82/2014, seja em nome de uma qualquer reorganização hospitalar, asizada por uns estudos em curso, certamente bem pagos, mas que não tem em conta a saúde dos mais fracos, a saúde das populações mais fragilizadas. -----

Esta é uma luta do Entroncamento, das nossas autarquias e da nossa população, mas é também, uma luta das populações e das autarquias de toda a região e de todo o nosso distrito, com os quais temos tudo a ganhar e recuperar. -----

Consideramos pois essencial, determinante até, a mobilização de toda esta força para que sejam bem defendidos os interesses dos nossos munícipes e assegurar o seu acesso a um bom serviço nacional de saúde. “ -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Pedia que fosse distribuído por bancada, uma série de documentos que trago aqui comigo, com notícias de um médico de clinica geral, um outro documento sobre o serviço nacional de saúde da comissão de utentes do Médio Tejo, que expõe uma série de questões sobre o processo de reestruturação em causa e será distribuído o manifesto que já falarei. -----

Em relação à questão da Portaria, as questões que o Bloco de Esquerda já levantou são pertinentes, já aqui aprovámos uma moção nesse sentido. -----

Neste momento está a ser transmitido a nível das regiões, que cada uma das regiões é especial e que não vai ser tocada por esta reestruturação. -----

Na nossa região isso também já foi referido em Santarém, numa reunião que houve recentemente, no âmbito da reestruturação do hospital de Santarém, e o que foi dito, é que a nossa região não era tocada, o que é certo, é que até setembro, vão sair os números em termos de reestruturação e em termos de orientação para a reestruturação. ----

A reestruturação está definida até ao final de 2015, é o que diz a Portaria. -----

Por outro lado, as informações que são dadas no distrito, é que há uma rotura enorme de serviços neste momento, tanto em termos de equipamentos, em termos de meios e em termos de pessoal, neste momento no distrito as coisas estão complicadas, até porque o garrote financeiro, aquilo que é aplicado aos hospitais até agora, é funcionário com determinado montante, a partir desse montante, geram dívida e para cortar essa dívida aquilo que os hospitais têm que fazer é comprar menos alargadas, menos seringas, é comprar menos uma série de meios que são indispensáveis para o tratamento dos doentes. -----

Isto revela aquilo que nos foi vendido no passado em termos de reestruturação hospitalar e até aqui no Médio Tejo, não resultou, há uma avidez constante em apertar cada vez mais o garrote. -----

Aquilo que é considerado um dos sistemas mais eficientes a nível mundial, neste momento, por meio do garrote financeiro está a ser destruído, para arranjar espaço para o privado se instalar, privado esse, que ao longo dos anos nunca conseguiu concorrer com o público.” -----

Interveio **Fernanda Alves**: “ Já muita coisa foi dita, esta questão da saúde não é nova, aliás, estamos habituados às políticas deste governo na área quer da saúde, quer da educação, quer políticas sociais, vai tudo por acréscimo. -----

Esta situação preocupa-nos a todos nós, todos nós somos utentes, é um assunto que nos diz respeito, esta moção é pertinente, o que aqui está elencado também comungamos. -----

De facto aqui já foi falado sobre a incerteza do que é que se está a passar relativamente à saúde, relembro que foi falado, salvo erro numa assembleia municipal em Santarém, pelo senhor Presidente da Comissão Administrativa do Hospital de Santarém, que estava a ser feito um grupo de trabalho para um desenho de um Grupo Hospitalar do Ribatejo, depois veio o senhor Secretário de Estado ao reunir com os representantes da CIMT, dizer que ainda não estava tomada nenhuma posição e portanto, nós andamos aqui nesta incerteza. -----

Dessa reunião que houve com os representantes da CIMT com o senhor Secretário de Estado da Saúde, saiu garantias que não iria haver qualquer alteração nem perda de valências no Centro Hospitalar do Médio Tejo, sem que os autarcas sejam ouvidos envolvidos no processo. -----

Esperemos que assim seja, porque são os autarcas da região que sabem as necessidades do seu concelho e portanto, esperamos que isto seja levado à letra. -----

Pedir de facto a revogação da Portaria, penso que isso também já foi pedido pela CIMT, não me choca, aquilo que o senhor Secretário de Estado diz também, é que de facto não terá qualquer impacto no funcionamento do Centro Hospitalar do Médio Tejo, estamos para ver. -----

Tal como disse o senhor deputado da CDU, de facto o sistema nacional de saúde está a ser digladiado a pouco e pouco, um bom sistema de saúde que tínhamos, que atendia as pessoas, que dava resposta às necessidades dos utentes e daí os privados não terem aquilo que queriam, porque o sistema de saúde dava de facto essa resposta. -----

Uma questão que nos preocupa, se estas ideias forem por diante, são despedimentos atrás de despedimentos, o afastamento de doentes para hospitais mais longe, pessoas que não têm condições e em dificuldades, que não têm acesso, quer por dificuldades económicas e financeiras, quer por uma questão de distância para se deslocarem a outros lados. -----

Esperemos que consigamos todos juntos fazer uma força para que de facto esta medida não avance. -----

Vou falar em nome pessoal e permitam-me o termo, mas isto é quase como uma aberração, estarmos a destruir algo que é essencial e está dar resultado, nem se olha o que é que está a dar resultado, não importa as pessoas. -----

Relativamente à moção, não nos choca nada do que está aí, estamos de acordo.”

Prosseguiu **José Baptista**: “ Sobre o assunto em causa ele já aqui foi discutido, e portanto, com a análise da moção do Bloco de Esquerda e não só, passando também pelos desenvolvimentos dos últimos dias. -----

Já aqui foi referido que o senhor Secretário de Estado se pronunciou com o Sindicato Independente dos Médicos, pela possibilidade da revogação da Portaria. -----

Já à época se analisou aqui quais é que seriam as valências que o Médio Tejo continuaria ou não continuaria a ter, isso é uma coisa e outra coisa são as declarações como diria um deputado do PSD “desleais e infelizes do Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém” sobre a criação da nova orgânica de hospitais que iriam incluir toda a região do Ribatejo, que iriam agrupar o Hospital Distrital de Santarém com os Hospitais do Médio Tejo. -----

Acho que o ponto principal que nós estamos aqui a discutir é se o senhor Secretário de Estado, percebeu com os autarcas e com o Sindicato Independente dos

Médicos, que a Portaria que estava em vigor poderia não ser a Portaria mais benéfica para a reorganização dos serviços do Médio Tejo. -----

Portanto, deu indicações ao Sindicato Independente dos Médicos, que aliás, foram eles é que vieram noticiá-lo, não foi o próprio Secretário de Estado, de que o Secretário de Estado estava disponível para revogar esta Portaria. -----

A preocupação nos cuidados médicos, todos nós aqui vamos ao Hospital de Torres Novas, Abrantes ou Tomar, isto não é novidade para ninguém e ninguém aqui está a falar no éter, numa coisa que é desejável e que não acontece, agora dizermos que o sistema de saúde era um sistema que dava resposta aos utentes, é estarmos a brincar com a realidade. -----

Quando nós íamos ao Centro de Saúde do Entroncamento, sabíamos qual é que era o número de habitantes que não tinham médico de família, isso é sistema de saúde a dar resposta? -----

Porque é que neste momento há médicos de família, porque foi implementado a Unidade de Saúde Familiar em complemento com o Centro de Saúde ao mesmo tempo e foi aumentado em muito o número de médicos que o Entroncamento dispõe. -----

Perante esta moção que é apresentada pelo Bloco de Esquerda, absolutamente pertinente, parece-me que todas as deliberações que esta assembleia possa tomar são úteis para a resolução do caso, agora não venham propor a esta assembleia que façamos levantamentos populares. -----

Esta proposta do Bloco de Esquerda de fazer um plenário de autarcas, parece-me um bocadinho desproporcionada porque os nossos autarcas Presidentes de Câmara representam o concelho e portanto, acho que ela é absolutamente desproporcionada, não faz qualquer tipo de sentido. -----

Portanto, este tipo de situações são absolutamente desnecessárias, mas obviamente que apoiamos a opinião que subjaz a esta moção e que estamos vigilantes e junto do Governo e já agora, junto da CIMT que é aonde esta moção deve ir parar, para que lá a possamos discutir de forma eficaz e coerente e tomar uma posição a nível de agrupamento de concelhos, para que possamos ser ouvidos pelo Ministério para esta nova visão dos cuidados de saúde do Médio Tejo.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Esta questão e este assunto, obviamente que nós não perdemos e nunca é demais falar num assunto que nos preocupa a todos. -----

Enquanto existir Portaria, enquanto existir a suposta possibilidade de ficarmos sem algo que temos neste momento, deve preocupar a todos e é por isso que estamos aqui a discutir, a mostrar a preocupação dos autarcas e da assembleia para com este assunto. -----

Sei que da parte da CIMT tem existido algum trabalho nesta matéria, e agradecia ao senhor Presidente da Câmara, que nos possa referir, aquilo que tem sido feito.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** referiu: “ Vou ser muito breve até atendendo à hora, só três notas. -----

A primeira, estamos aqui perante uma situação em que infelizmente este Governo vai sendo pródigo a produzir Portarias, que depois já admite retirar porque não são consequentes. -----

Obviamente que a discussão que aqui está a ser desenvolvida com base na moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, faz todo o sentido e eu não partilho da sugestão do Bloco de Esquerda no sentido de um plenário de autarcas, até pela razões que o senhor deputado do PSD aqui referiu, mas, lançaria um repto ao senhor Presidente da Assembleia e penso que nós temos essa obrigação de o fazer, que é mais importante

que esta Portaria, a Portaria se lida com atenção, não é de facto correto dizer-se que a Portaria vai extinguir, a Portaria a nosso ver de forma não correta clara, tenta disciplinar um pouco a abertura de novas valências, mas, como ela é tão confusa, pode ter escondida a possibilidade de extinguir. -----

Portanto, uma posição forte contra essa Portaria, eu subscrevo e o executivo subscreve. -----

Também ao nível da CIMT houve já uma manifestação de repúdio por esta Portaria, houve inclusive uma reunião com o senhor Secretário de Estado, em que estiveram presentes todos os Presidentes de Câmara ou representantes, eu não estive presente, esteve a senhora Ilda Joaquim em minha representação, para percebermos quais as orientações relativamente a esta Portaria e concretamente à evolução do Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Vou partilhar uma nota que tomei conhecimento ontem acerca desta matéria com o senhor Presidente da Assembleia, que fará o favor de divulgar junto dos membros, no fundo uma nota do que foi a conversa com o senhor Secretário de Estado, mas que não foi muito esclarecedora. -----

O repto que gostava de lançar ao senhor Presidente da Assembleia e penso que nós temos essa obrigação, mais do que esta Portaria, nós temos que discutir o Centro Hospitalar do Médio Tejo, o facto de ter havido ao longo dos anos por várias razões, concentração de um conjunto de serviços na estrutura em Abrantes, é na nossa opinião, ou pode ser a base para no futuro algumas das valências do Médio Tejo venham a desaparecer. -----

Concretamente, o facto da maternidade se ter localizado em Abrantes e sou claramente a favor de existir apenas uma maternidade neste centro hospitalar, não alinho no populismo de todos querermos uma maternidade à nossa porta porque tem um conjunto de exigências técnicas e científicas que são importantes que estejam concentradas, mas por facto da maternidade estar concentrada em Abrantes, faz com que muitas jovens mães, optem por Leiria, Coimbra ou Santarém, porque quem vive no Entroncamento, quem vive em Alcanena, se calhar é mais fácil ir para Leiria ou Santarém do que ir para Abrantes, isso sim, a médio prazo será um problema grave, porque começa a haver critérios de racionalidade, que é não ter x partos por ano encerra a maternidade. -----

Por exemplo, a ausência de ligação entre os médicos de família e o centro hospitalar e concretamente também na área da maternidade, se houvesse uma ligação forte entre o centro hospitalar que tem meios técnicos para isso e os médicos de família para que as grávidas fossem seguidas as ecografias por exemplo fossem feitas no hospital, havia uma ligação e as mães iriam ter as crianças em Abrantes, Tomar ou Torres Novas, aonde estivesse localizada a maternidade. -----

Outro aspeto importante que nós aqui na assembleia tenhamos essa consciência, a Unidade Familiar do Entroncamento “Locomotiva”, foi o ano passado considerada das melhores deste País, só nos temos que congratular com a competência que temos em termos médicos na nossa cidade. -----

Esta sim, seria uma discussão que acho que o senhor Presidente da Assembleia e esta assembleia poderia protagonizar, vou vendo outras assembleias de Torres Novas e outras autarquias, para nós termos uma influência, uma intervenção acerca das principais valências e sua localização no espaço do Médio Tejo. -----

O Centro Hospitalar do Médio Tejo está localizado em Abrantes, Tomar e Torres Novas, mas é o Centro Hospitalar do Médio Tejo, se os doentes do Entroncamento não forem a nenhum destes hospitais, eles não funcionam e portanto essa é a discussão. -----

A maternidade e a pediatria se calhar deviam estar em Torres Novas ou em Tomar e não em Abrantes, porque se isso não acontecer, a médio prazo vamos ter razões objetivas para que alguém encerre a maternidade de Abrantes.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “ Esta Portaria segundo o que consta e não é uma revogação total da Portaria que se possa estar a pensar, o que se está a pensar é uma remodelação e uma reabilitação à estrutura nacional desta Portaria. -----

Tive um contato pessoal com o senhor Secretário de Estado Adjunto, estava à espera de um documento oficial, mas infelizmente derivado à agenda e derivado a hoje ser feriado em Lisboa não o recebi, mas foi-me garantido boca a boca, frente a frente, que o Centro Hospitalar do Médio Tejo não iria ficar sem maternidade, que seja um ponto bem assente. -----

Quando votei contra a última vez, foi porque existem coisas, as pessoas quando vão falar, nós não podemos dizer que os políticos são todos mentirosos, porque estamos a chamar a nós próprios mentirosos, porque somos políticos. -----

Se alguém com responsabilidade, um Secretário de Estado, um Ministro da Saúde, diz que não vai acontecer e se julgamos os políticos todos pela mesma bitola, continuo a dizer, estamos a julgar-nos a nós próprios que também somos políticos. -----

Esta Portaria surge porque é necessário esta reforma, não se calhar como está a acontecer, mas uma reforma diferente, mas é necessário uma reforma. -----

Tenho aqui alguns pontos que gostaria de falar. -----

Porque é que está a acontecer? -----

Isto é fruto de vários anos de má gestão e de falta de planeamento dos recursos, tanto humanos com dos recursos físicos. -----

O Serviço Nacional de Saúde enfrenta problemas graves de falta de médicos em determinadas especialidades e de duplicação de serviços pelos vários hospitais do País, sem que fossem previamente estudadas ou tivessem sido acauteladas das efetivas necessidades da população. -----

A especulação porque muitas vezes nós estamos a falar mais de especulação do que outra coisa, criada em torno da publicação da Portaria 82/2014, de 10 de abril, tem vindo a gravar o sentimento e segurança na população e no acesso à prestação de cuidados de saúde diz respeito. -----

Tem vindo a crescer o receio de encerramento de valências e de serviços clínicos em vários centros hospitalares sem que se acautelem previamente as necessidades da população, é o que está a acontecer, todos nós sabemos. -----

No entanto, importa lembrar que apesar do estatuto do Serviço Nacional de Saúde que data de 1993, *determinar que as instituições e os serviços integrados do Serviço Nacional de Saúde classifiquem-se segundo a natureza das suas responsabilidades e o quadro de valências efetivamente exercidas*, essa classificação nunca tinha sido feita. -----

Importa lembrar também, que a implementação desta Portaria não tem efeitos imediatos, isso vai ocorrer até 31 de dezembro de 2015, mas acautelando sempre a referência dos utentes, e aqui, não posso estar mais de acordo com o senhor Presidente da Câmara, se nós não discutirmos a referência do Centro Hospitalar do Médio Tejo, e aí sim, uma reestruturação profunda do Centro Hospitalar do Médio Tejo poderemos ter referências erradas, porque no Entroncamento podem nascer 1000 crianças, mas só 400 é que vão para o hospital de Abrantes. -----

O CDS-PP tem consciência da extrema necessidade de uma reforma hospitalar, mas compreende com referimos acima que as populações se sintam inseguras e preocupadas. -----

Faça-se uma mudança na área da saúde, preocupações essas que se agravam quando se levantam boatos muitas vezes infundados e que afetam não só a população como os profissionais de saúde. -----

Ora, é inquestionável que para um funcionamento eficiente com qualidade do Serviço Nacional de Saúde, é primordial o grau de satisfação e estabilidade dos seus profissionais. -----

Temos ainda consciência que ao longo da implementação da reforma hospitalar, o Governo tem tido a preocupação de equacionar e salvaguardar as opções que mais ganhos trarão, tanto em termos de acesso e qualidade de prestação dos cuidados de saúde às populações, bem como, uma melhor gestão e mais eficaz em termos de redução de custos no sentido de assegurar a sustentabilidade económica ou financeira do Serviço Nacional de Saúde. -----

Sabemos e concordamos que numa altura em que o País atravessa, é essencial maximizar as energias e complementaridade em as várias unidades hospitalares, não só pela necessidade de redução de custos, mas também, e não menos importante, pela necessidade de minimizar a atual falta de capacidade de respostas às necessidades da população e sabemos que a intenção do Governo, é garantir a todos os cidadãos o acesso aos melhores cuidados de saúde e de qualidade. -----

Confiamos que a aplicação da Portaria, o Governo tenha em conta os perfis assistenciais de cada um dos hospitais, em recursos humanos disponíveis e população abrangida de cada um deles. -----

A aplicação desta Portaria não determina onde é que são os serviços de urgência, não há nenhuma determinação, podem ser aonde estão, podem ser noutros locais. -----

Porém, sabemos que nenhuma maternidade vai ser fechada de acordo com a Portaria. -----

Os hospitais que perdem valências, podem não as perder, acima de tudo, vão ganhar valências. -----

Existem valências como, a psiquiatria, ortopedia e neurologia, passam a ser obrigatórios em centros hospitalares e nalguns não existiam, nem voltavam a existir. ----

Com isto, é necessário haver uma reforma, é necessário se calhar que a Portaria possa vir a ser reformulada, mas não podemos entrar em histerismos, nem podemos entrar nos boatos que estão a ser levantados e nas fragilidades que a Portaria possa ter. –

É necessário que sim, que nos unamos, não a combater a Portaria mas sim, a querer reestruturar convenientemente o Serviço Nacional de Saúde e que nos unamos, como o senhor Presidente disse, a preocuparmo-nos em dar condições às populações para poderem chegar aos hospitais. -----

Esta Portaria pode ser o início de algo muito bom, depende de nós, depende de todos nós, é preciso é que cada um de nós, tome a noção de que não podemos gastar demais, porque todos nós queremos pagar menos impostos.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Foi distribuído o Manifesto da Comissão de Utentes do Médio Tejo, é um apelo que fazemos aqui, para que os autarcas subscrevam este Manifesto, estou aqui a defender a posição da Comissão de Utentes da qual tenho sido parte ativa nessa Comissão de Utentes. -----

Esperamos que os deputados do distrito subscrevam também esse Manifesto, penso será uma forma de corroborarmos uma série de agentes, desde sindicatos, políticos e vários profissionais nas várias áreas, no sentido de combatermos esta Portaria. -----

Há aqui algumas questões que tenho de responder. -----

Ao senhor deputado Pedro Gonçalves digo-lhe uma coisa, se eu fosse do Governo dava-lhe uma medalha imediatamente por aquilo que defendeu aqui a posição do Governo. -----

A Portaria se não é para aplicar em lado nenhum, porque é que estamos de volta dela. -----

Já ando aqui há algum tempo, e lembro-me das freguesias, também não era para aplicar numa série de sítios e mais de mil freguesias foram destruídas. -----

Não é para aplicar, mas vai-se enganando ali e acolá, que não é para aplicar no Médio Tejo, que não é para aplicar na Cova da Beira, não é para aplicar no Norte ou Sul e acaba por ser aplicado nalgum lado. -----

Em termos de impostos, eu já devia estar a pagar muito pouco impostos neste momento. -----

Depois da destruição que foram feitos em setores essenciais da nossa economia, essenciais nos serviços públicos, neste momento não devia estar a pagar os impostos que estou a pagar, cada vez pago mais impostos. -----

Os artigos que foram aqui distribuídos, é de gente que lutou pelo Serviço Nacional de Saúde, pessoas do PS em conjunto com outras forças de esquerda, montaram um sistema que é referência a nível mundial, com muito menos custos que a Alemanha tem com o serviço de saúde. -----

Há muita insuficiência, há falta de meios humanos, materiais, há uma série de outras coisas, as coisas nunca são perfeitas e está previsto nos próximos 50 anos duplicarmos as despesas em termos da saúde. -----

Portanto, é uma área muito apetecível pelos negócios da saúde. -----

Estou perfeitamente de acordo com aquilo que disse o senhor Presidente, temos que discutir e defender o serviço no Centro Hospitalar do Médio Tejo, para que ele preste um bom serviço à população e que as mulheres não tenham que ir ter as crianças a outros hospitais porque não têm suficientemente confiança no hospital de Abrantes, mas também não é culpa dos profissionais que estão em Abrantes, é que se concentrou tudo naquele sítio sem poder de resposta para a população. -----

Isto está a tomar tal proporção em termos de descontentamento, que já está marcado para dias 8 e 9 uma greve, a Ordem dos Médicos da zona norte exigiu já a anulação desta Portaria, para além disso, o Bastonário pôs-se ao lado do Serviço Nacional de Saúde e está a contestar esta Portaria também. -----

Em Santarém, os enfermeiros disseram aos políticos que lá estavam, muitos autarcas, que esses autarcas tinham uma responsabilidade enorme nesta área.” -----

Intervio **Fernanda Alves**: “ O Serviço Nacional de Saúde diz: “ *É um organismo através do qual o Estado português assegura o direito à saúde, promoção, prevenção e vigilância a todos os cidadãos de Portugal*” e duvido muito que esta ação que está a ser tomada pela via desta Portaria, vá dar resposta de facto a todos os cidadãos. -----

Dizer também que o Estado é da sua responsabilidade na proteção da saúde individual e coletiva, o senhor deputado Pedro Gonçalves apontou as suas razões, falou inclusive de uma informação privilegiada e eu espero, que não seja de facto como outra informação que já veio a monte no dia 5 de junho do senhor Presidente do Conselho de Administração de Santarém, que dizia que iria ser feito o tal Grupo Hospitalar do Ribatejo e no dia a seguir o senhor Secretário de Estado disse que não. -----

Espero que essa sua informação privilegiada nos sirva de alguma coisa, porque o que é hoje, já não é amanhã.” -----

Pediu a palavra **Mário Rodrigues**: “ Trinta por cento das pessoas morrem justamente devidos aos enfartes miocárdio, Torres Novas tem essa valência, não sei se hoje ainda tem, há quatro anos tinha, fui estabilizado durante quatro dias em Torres Novas e para fazer um mero cateterismo, tive que me deslocar numa ambulância com profissionais de saúde ao Hospital de Santa Cruz, isto significa que se houvesse os cateterismos para limpar a coronária que está entupida, podia salvar muitas vidas, é por isso que nós nos devemos debater na nossa área. -----

Se olharmos atentamente ao que se passa no País todo, o nosso Centro de Saúde dá uma resposta positiva. -----

Os meios da ortopedia são muito caros, conheço um caso no Entroncamento, de um jovem com doze anos que fraturou o fémur totalmente no dia 1 de maio, por não haver materiais em Abrantes, esta criança só foi operada no dia 6 de maio, reparem o que é estar com o fémur completamente partido seis dias. -----

Há dificuldades, pessoas com câncer que deviam ser vistas de 6 em 6 meses e passaram a ser vistas de ano a ano. -----

Era só para alertar que há uma série de situações que nós devemos reputar da máxima importância que é a saúde de todos nós.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Agradeço a participação de todos em relação a este assunto, significa que a saúde nos interessa e estamos preocupados com ela. -----

A questão da Portaria enquanto ela existir nos preocupa, aqui a preocupação é conjunta de todos os autarcas, quer da assembleia, quer da câmara, quer da CIMT e portanto, não vamos esquecer este assunto e vamos ficar alerta em relação ao caminho ou percurso que possa ter a nossa saúde.” -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Quando eu tiver a resposta oficial, reencaminho para o senhor Presidente da Assembleia, para que possa reencaminhar para todos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número onze à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE -----

O ponto número onze “ **Análise, Discussão e Tomada de Posição do Impacto Originado pela Portaria nº 82/2014, de 10 de abril, no SNS e Consequentemente nas Unidades Hospitalares da nossa Região** “, foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO DOZE ----- **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Queríamos realçar algumas ações que têm sido levadas a cabo pela autarquia e que muito nos satisfaz, nomeadamente: -----

O Dia Distrital do Bombeiro, foi trazido para o Entroncamento, nunca tinha acontecido esta situação, é motivo de regozijo; -----

As Jornadas do Património Ferroviário; -----

A recolha de viaturas em fim de vida; -----

A questão das lojas do mercado em hasta pública; -----

O projeto Viver o Comércio; -----

A área do Desporto, estão a ser feitas muitas ações; -----

Queríamos sobretudo, regozijar e congratularmo-nos com a transparência da apresentação de dados do executivo, que nos satisfaz.” -----

Intervio **António Ferreira**: “ A informação está bem apresentada e abrange a maior parte dos assuntos da câmara municipal. -----

Destacava aqui a questão das ciclovias, da utilização da bicicleta da iniciativa que foi feito com as crianças. -----

Isto é uma velha bandeira da CDU, penso que nós temos muito que fazer nesta área, temos que resolver um problema que é travessia norte/sul, com o atravessamento com as bicicletas, torna-la mais fácil, não sei como, é um problema que já vem detrás, mas devia ser resolvido. -----

A necessidade de mais locais para as pessoas deixar as bicicletas e uma pressão também sobre a legislação nacional no sentido de dar mais condições aos ciclistas na estrada. -----

É importante desenvolver estes projetos em conjunto com os troços de ciclovia dentro do concelho, que é as ciclovias entre a Barquinha e o Entroncamento e entre o Entroncamento e Golegã, soluções de vários municípios para a utilização de vias com segurança para os cicloturistas.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ A estação da CP, continuamos a tentar conversar com a REFER, ainda que formalmente haja uma resposta no sentido que a solução encontrada corresponde às questões de segurança, estamos trabalhar no sentido de serem criados novos acessos às plataformas, quer do lado da bilheteira, quer do lado do antigo cais de mercadorias. -----

A REFER tem-nos declarado essa disponibilidade e está a trabalhar nessas questões, não será tão rápido quanto nós gostaríamos e também que aconteça.-----

Também nessa área da segurança, temos vindo a dar alguns passos que poderão a curto prazo ter alguma evolução interessante do ponto de vista da segurança na área da ferrovia. -----

Relativamente à questão do nome da escola, o processo está bem documentado, surgiram os cinco nomes que foram postos a votação no site da câmara, foram resultado de um conjunto de contributos desde o Agrupamento de Escolas, a Comissão Toponímica, Professores, Associação de Pais, em que elencamos entre outros, esses cinco nomes que estiveram em votação pública e o mais votado foi a Escola Básica do Bonito e que será presente ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, que terá que se pronunciar. -----

Sobre uma questão que se colocou na contratação do novo Revisor Oficial de Contas, o anterior Revisor Oficial de Contas não tem que dar qualquer autorização, o entendimento deste executivo suportado no parecer jurídico que esse contrato é nulo por inexistência de condições legais do anterior ROC para o subscrever. -----

Posso partilhar convosco, que a informação prestada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao revisor com o qual vamos fazer o contrato, depois de ser aqui aprovado pela assembleia, é de que, não há qualquer impedimento que esse contrato se faça, a haver algum litígio, a haver alguma questão a dirimir será entre o anterior revisor Oficial de Contas e o executivo desta autarquia. -----

Também já foi referido aqui a campanha de sensibilização de resíduos, queria realçar este aspeto, estamos de facto a trabalhar nestas áreas, em várias dimensões e como disse a senhora deputada Fernanda Alves, durante o período de 18 a 30 de junho, vão ser distribuídos cinco mil ecopontos, por cinco mil residências da nossa cidade. ----

Quanto às dívidas da água, neste momento temos praticamente a situação regularizada, foram efetuados 167 cortes, 84 contadores foram recolocados, tivemos até este momento uma receita de cerca de 8.900 euros. -----

Foram feitos um número considerado de acordos para pagamento de dívidas para além dos seis meses e dos 83 contadores que aguardam regularização e dívida, muitos deles correspondem a situações que não tem pessoas a viver nesses locais. -----

Sem ser um número preciso, cerca de cinco ou seis pessoas não terão procurado a recolocação do contador em casas em que vivem, que são situações que nos preocupam, mas como devem calcular, foi extremamente importante esta intervenção, não só para regularizar dívidas, mas sobretudo para moralizar comportamentos. -----

Tivemos toda a atenção e houve várias situações de natureza social que foram tidas em conta, algumas tiveram tratamentos adequados e específicos a essa situação. ---

Quero também referir, e já foi aqui referido mais que uma vez, o reconhecimento da preocupação de rigor da nossa gestão, o rigor não se mede por haver menos ou mais alterações orçamentais, mede-se por cumprir aquilo que são os objetivos e aquilo que são as metas. -----

Neste momento estamos com cinco meses de execução e temos em termos correntes, 40% de execução ao nível da despesa e da receita corrente, o que, corresponde justamente dividindo 5 por 12, dá 40%. -----

Quero dizer que neste momento podemos dizer que a nossa expectativa é de que cheguemos ao final do ano com uma taxa de realização muito próxima ou superior a 90% com certeza, ainda que, tenhamos que ter bem consciência apesar da redução de custos que temos vindo a encetar e a desenvolver, tem em paralelo acontecido uma redução substancial da receita, nomeadamente ao nível dos impostos, como o IMI e o IMT, que podem ser constrangedores do normal funcionamento da nossa atividade.-----

Uma nota final relativamente ao documento que no início da sessão foi debatido, o Relatório da Inspeção Geral de Finanças, é o relatório que não foi pedido de forma excecional, é o relatório que resulta de práticas normalizadas da Inspeção Geral de Finanças, ele está disponível ainda antes de nós o termos recebido no site da Inspeção de Finanças, como está o relatório feito relativamente a Torres Novas e a outros municípios, é só ir ao site escolherem o município e o relatório está lá, antes de nos ser apresentado. -----

Penso que foi claro, apesar de alguma tentativa nesta assembleia de lançar a confusão, do que é que é um relatório e o que é que não é, o que é que é uma decisão do Procurador-Geral que foi claro, que é um relatório que evidencia um conjunto de decisões de gestão de natureza financeira extremamente gravosa por esta entidade e extremamente penalizadora dos atuais órgãos autárquicos na sua missão de prosseguir o interesse público. -----

Apesar disso, todos nós executivo, assembleia, estamos aqui com grande vontade de ultrapassar esses problemas e de fazer o melhor pela nossa cidade. -----

Por isso agradeço e agradeço especialmente ao senhor deputado Manuel Martins, porque explicou claramente, talvez com o seu conhecimento de funcionário judicial, aquilo que algumas pessoas não queriam entender. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia catorze de junho de dois mil e catorze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: